

**UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**JOSÉ BARTOLOMEU DOS SANTOS JÚNIOR**

**AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: IDENTIDADES E  
(RE)CONHECIMENTOS**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2019**

**JOSÉ BARTOLOMEU DOS SANTOS JÚNIOR**

**AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: IDENTIDADES E  
(RE)CONHECIMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador:** Prof<sup>o</sup> Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves

**JOÃO PESSOA - PB**

**2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

S237a Santos Júnior, José Bartolomeu Dos.

AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: identidades  
e (re)conhecimentos / José Bartolomeu Dos Santos  
Júnior. - João Pessoa, 2019.  
93 f.

Orientação: Luiz Gonzaga Gonçalves Gonçalves.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação.

1. Educação. Identidades afro-brasileiras. Goiana. I.  
Gonçalves, Luiz Gonzaga Gonçalves. II. Título.

UFPB/BC

**JOSÉ BARTOLOMEU DOS SANTOS JÚNIOR**

**AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: IDENTIDADES E  
(RE)CONHECIMENTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 22 / 02 / 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Profº Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves – Orientador

**CE-PPGE-UFPB**

  
Profª Dra. Elisa Pereira Gonsalves

**CE-PPGE-PPGCR-UFPB**

  
Profª Dra. Zuleica Dantas Pereira Campos

**DH-PPGCR-UNICAP**

Dedico este trabalho ao amigo, professor,  
historiador e babalorixá Mário Carmelo  
Barbosa dos Santos (*in memoriam*).

## **AGRADECIMENTOS**

Chegar até o mestrado não foi um caminho fácil. Muitas dificuldades sofrem aqueles que tentam conciliar estudo, pesquisa e trabalho. Felizmente, conseguimos dar conta do recado. Aqui, dirijo meus sinceros votos de estima, consideração e respeito para com personagens importantes neste percurso. Primeiramente, agradeço ao apoio e incentivo dentro de casa: Obrigado a minha mãe, Cristina Rodrigues Nascimento, a minhas tias, Elza e Eliane Rodrigues, bem como a minha irmã Rosagela Rodrigues.

Minhas considerações ao Sodalício da Ordem Terceira do Carmo de Goiana, por terem aceito minha dispensa das atividades religiosas: Frei Juracy Barboza Alves Júnior, meu eterno diretor espiritual, aos priores Enildo e Rizonete, bem como a toda Mesa Regedora.

Aos amigos historiadores e psicanalistas: Priscila Geane dos Santos e Eliton Leandro de Oliveira Pereira, por nossos debates, orientações e conselhos!

Aos profissionais da Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu, pelo incentivo e torcida desde o momento da seleção, em especial a minha companheira, namorada e amiga Cinara Karoline Barboza Penha, por sonhar comigo e olhar humanamente para as pessoas. Tenho aprendido muito com você, minha querida. Gratidão eterna pelo carinho e atenção de Zenaíde Lacerda, João Olímpio, Joana Santos, Helena Azevedo, Sara Gonzaga, Elton Paiva, e algumas amigas que estão atualmente em outras escolas, Jaqueline Lira, Rosa Alice Neves, e Ivania Pereira. Também agradeço à Secretaria Estadual de Educação, na pessoa da gerente regional Edvânia Arcanjo, por conceder minha licença parcial para realização do mestrado.

Obrigado aos amigos da Escola Municipal Dilma Cecília da Silva, pela compreensão e partilha de conhecimentos: Márcio, Henrique, Spinelli, Sil, Daniela, Suzana, Salvina, Levi, Giovani, Erícia, e com imensa admiração à Manuela Xavier, parceira de leituras, escritas, congressos e eventos. À Secretaria Municipal de Educação de Itapissuma, pelo consenso no afastamento no período final do mestrado.

Imensa gratidão a todos os professores do PPGE-UFPB, em especial, aqueles que tivemos o privilégio do cumprimento dos créditos: Luiz Gonzaga Gonçalves (Educação Brasileira e Estágio), Emília Prestes e Edineide Mesquita (Pesquisa em Educação), Elisa Pereira Gonsalves (Pesquisa em Educação Popular), Severino Bezerra da Silva (Seminários em Educação Popular), Janine Rodrigues e Wilson Aragão (Tópicos em Políticas Educacionais), Timothy Ireland (Tópicos em Educação Popular). Ao meu orientador, professor Luiz Gonzaga, pela paciência, escuta atenta e fala precisa, eficaz, e ao mesmo tempo terna. Convivendo com o senhor, reaprendemos à olhar o outro de forma humana. Por sempre tentar entender a maneira de ser e pensar dos seus estudantes, tanto na graduação como na pós-graduação.

Obrigado por terem aceitado fazer parte da Banca de qualificação e defesa, pelas contribuições e olhares carinhosos sobre a pesquisa, as professoras Elisa Gonsalves (nossa sintonia nasceu naquela entrevista, na seleção) e Zuleica Dantas Pereira Campos. Professora Zuleica, tenho um carinho especial por sua maestria na cadeira de Cultura Brasileira, quando fiz minha especialização em História do Brasil.

Consideração e admiração aos amigos que construímos no cumprimento das disciplinas. Pessoas que são verdadeiros profissionais, defensores e propagadores de uma Educação Popular emancipadora. Hoje, tenho plena certeza que somos mais que amigos. Em particular, obrigado por partilharmos e construirmos juntos; pelo afeto, e pela vida além da universidade: Elisabete Ferreira Delfino, Maria Déa Limeira, Maria de Lourdes Farias Lima, Joeliton Francisco Sousa de Paulo, Carlos Alberto Virgínio Barbosa, Flávia Sena, Evandro Medeiros, Agda Aquino, e Ailza Freitas.

Aos motoristas que fazem o transporte alternativo de Goiana para João Pessoa, pelas conversas e descontrações: Zezinho, Xôxo, Nêm, Leo, Faustino e a minha amiga e irmã Monica Alves; o som do carro, nas noites e dias em que viajávamos só tocava a música 'Baú', de Vanessa da Mata.

E, agradeço especialmente aos professores e alunos entrevistados, sobretudo os estudantes. Por tudo que escutei, vi, enxerguei e aprendi (continuo aprendendo também) ao (re)conhecer os universos em que estão inseridos culturalmente.

Enfim, agradeço à Deus, Alá, Javé; a todos os credos e espiritualidades, aos Orixás, os Encantados, aos bons espíritos de luz. Sei que não ando só, como entoa Maria Betânia, interpretando uma de suas canções.



## **RESUMO**

Nosso principal objetivo neste trabalho é analisar as identidades afro-brasileiras em conteúdos e vivências de estudantes e professores pertencentes aos movimentos sociais da Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu, em Goiana, Pernambuco. Buscamos respaldo na história da sociedade colonial/imperial para entendermos os preconceitos construídos para com descendentes/praticantes das manifestações culturais afro-indígenas e suas estratégias de reorganização. Nesse processo de dominação/exploração, os negros lutaram com as armas e valores que possuíam, tiveram inseridos em suas mentes um projeto educacional depreciativo, inferiorizando e menosprezando suas formas de ser no mundo. A lei 11.645/2008 e o Estatuto da Igualdade Racial são alguns dos dispositivos que tentam desconstruir esses preconceitos, com uma educação emancipadora, gerando equidade entre todos. A escola, em cidades onde o trabalho escravo foi expressivo, como em Goiana, é um espaço importante para um diálogo cada vez mais construtivo sobre um passado de opressão, e o presente como desafio a partir do legado das identidades e lutas afro-brasileiras.

**Palavras-Chave:** Educação. Identidades afro-brasileiras. Goiana.

## **ABSTRACT**

Our main objective in this work is to analyze Afro-Brazilian identities in content and experiences of students and teachers belonging to the social movements of the State School Coronel José Pinto de Abreu. We seek support in the history of colonial / imperial society to understand the prejudices built on descendants / practitioners of Afro-indigenous cultural manifestations and their strategies for reorganization. In this process of domination / exploitation, the blacks had inserted in their minds a depreciative educational project, inferiorizing and despising their ways of being in the world. Law 11.645 / 2008 and the Racial Equality Statute are some of the devices that attempt to defuse these prejudices, with an emancipatory education, generating equity among all. The school in cities where slave labor was expressive, as in Goiana, is an important space for an increasingly constructive dialogue about a past of oppression, and the present as a challenge based on the legacy of afro-brazilian identities and struggles.

**Key-words:** Education Identity afro-brazilian. Goiana.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCB – Centro Cultural Brasileiro

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DOE – Diário Oficial do Estado

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EP – Educação Popular

EREM – Escola de Referência em Ensino Médio

ETE – Escola Técnica Estadual

FFPG – Faculdade de Formação de Professores de Goiana

FITEG – Fiação de Tecidos de Goiana

FUNCULTURA – Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura

GRE – Gerência Regional de Ensino

HEMOBRÁS – Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação

MNB – Movimento Negro Brasileiro

ONG – Organização Não-Governamental

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROGEPE – Programa de Formação de Gestores Educacionais de Pernambuco

SEE – Secretaria Estadual de Educação

TF – Teoria Fundamentada

TFD – Teoria Fundamentada nos Dados

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UPE – Universidade de Pernambuco

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNIDERC – União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional, Religioso e Cultural

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 DO INSTITUÍDO À PRÁTICA EDUCATIVA: PESQUISA E MÉTODO.....</b>	<b>13</b>
1.1 Memorial.....	13
1.2 Preconceitos construídos: o que motivou instituir a lei 11.645/2008 e o Estatuto da Igualdade Racial.....	15
1.3 Educação Popular e Identidade Cultural.....	19
1.4 O estudo que escolhemos seguir.....	25
<b>2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DE GOIANA.....</b>	<b>31</b>
2.1 De Freguesia aos tempos contemporâneos.....	31
2.2 Movimentos populares de origem afro em Goiana.....	43
<b>3 AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: IDENTIDADES E (RE)CONHECIMENTOS.....</b>	<b>57</b>
3.1 Prática docente e formação para singularidades: distanciamentos e enfrentamentos.....	57
3.2 O olhar da gestão escolar sobre as negritudes.....	63
3.3 O que os alunos pensam sobre a valorização das africanidades na escola.....	66
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>84</b>
Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido para menores entre 12 e 18 anos.....	85
Apêndice 2 – Termo de consentimento livre e esclarecido para maiores de 18 anos.....	88
Apêndice 3 – Questionário/Entrevista do(a) aluno(a).....	90
Apêndice 4 – Questionário/Entrevista do(a) professor(a).....	91

## INTRODUÇÃO

A história de uma cidade pode ser contada por gravuras, desenhos, livros, fotografias, dentre outras fontes de interpretação. Ela está também presente nas ruas, rios, matas, nas construções, monumentos e no povo que nela habita. Homens e mulheres dão o determinado valor aos fatos; por isso, depende muito do(s) ponto(s) de vista de quem o construir. Goiana foi a quarta cidade de Pernambuco que recebeu o título de sítio histórico nacional concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por conta da riqueza singular que o passado nos legou. Igarassu, Olinda, Recife e Goiana tem parte de suas ruas protegidas por lei, sendo impossibilitada a modificação das fachadas dos prédios, suas distribuições, telhados, pisos, azulejaria, enfim, não se pode mudar ou restaurar imóveis destes centros sem a prévia autorização deste órgão.

Nosso trabalho tentará compreender e estabelecer conexões com situações à luz de conceitos estruturados na Teoria Fundamentada no Dados, por meio da codificação que é “o elo fundamental entre a coleta de dados e o desenvolvimento de uma teoria emergente para explicar esses dados” (CHARMAZ, 2009, p. 70). Com essa metodologia, nos debatemos com as informações, assim como fizeram na segunda metade da década de 60 os sociólogos pioneiros: Anselm Strauss e Barney Glaser. Referenciando-nos ainda em outras obras literárias, como Freire (2016), Pereira (2007), Bogo (2010), Hall (2015), Souza (2013), Mbembe (2017), Burke (2008), e pesquisadores da história social e econômica de Goiana, em conceitos do Dicionário Paulo Freire (2017) – Resistência, Identidade Cultural e Corpos Conscientes – mergulhamos no universo da herança negra, tendo em consideração o pouco vislumbre sobre todo o arcabouço cultural, com a gênese dos povos negros, que é minimamente tratada, ou quando muito, abordada de forma alegórica, em datas específicas.

As africanidades brasileiras na sala de aula: identidades e (re)conhecimentos está sendo forjadas, nestes termos desde 2015, ano que passamos a lecionar história, geografia e sociologia na Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu. Neste trabalho, nosso objetivo geral é analisar identidades afro-brasileiras em conteúdos e vivências de alunos e professores pertencentes a diferentes movimentos sociais da

escola. Nossos objetivos específicos são: Comparar se o que é estabelecido na Lei 11.645 de 10/03/2008 e no Estatuto da Igualdade Racial (2010) se tornam realidade na escola; Mapear e debater as práticas e movimentos negros aos quais os educandos estão relacionados ou próximos; (Re)Avaliar práticas pedagógicas e administrativas, de maneira a averiguar se elas favorecem os discentes à se identificarem com os saberes difundidos no contexto escolar; e identificar os conhecimentos prévios e não-escolares dos educandos. Por africanidades brasileiras compreendemos todas as formas de viver, de pensar e produzir culturas que têm raízes no legado daqueles e daquelas que se originaram do continente africano e que foram, em sua maioria, longamente escravizados na América portuguesa/Brasil.

No capítulo inicial, o leitor encontrará um pouco do nosso percurso escolar, acadêmico e profissional, os esforços e os professores incentivadores desta jornada; este, também é sobre a instituição dos preconceitos e duas leis brasileiras (11.645/2008 e 12.288/2010), que tentam combatê-los, bem como tratamos da questão metodológica e das identidades proporcionadas dentro de uma educação popular.

Já no segundo, expomos um pouco da rica história do município de Goiana (PE), suas particularidades e segregações étnico-sociais para posteriormente mapearmos e localizarmos as manifestações culturais em que os estudantes participantes da pesquisa, de origem afro, estão inseridos.

Por fim, no terceiro capítulo, damos voz aos professores, membros da equipe gestora e aos alunos, para constataremos se as leis e normativas que estabelecem o estudo/debate sobre as africanidades acontecem ou não nas salas de aula da Escola José Pinto de Abreu.

Esperamos, pois, contribuir e construir uma teoria que tenha “utilidade, densidade conceitual, durabilidade ao longo do tempo, ser passível de alterações” (CHARMAZ, 2009, p. 19) e apresente uma relevante explicação.

## **1. DO INSTITUIDO À PRÁTICA EDUCATIVA: PESQUISA E MÉTODO**

### **1.1 Memorial: Um pouco de mim**

Como diz a música interpretada pela Ziza Fernandes (EP “Segredos”, Canção Nova, 2014), “Sou da vida um milagre”!

Nasci no dia 06 de maio de 1986, aos oito meses, na maternidade de Goiana. Um parto prematuro e complicado, pois, se descobriu na hora H que o barrigão da minha mãe, na verdade era um mioma. Vim ao mundo com menos de dois quilos, muito pequeno e fraco. Minha mãe ficou internada e eu, fui levado para casa da minha tia-avó envolto no algodão, porque a minha pele era muito sensível.

No dia 12 de maio fui batizado às pressas pois minha família e os vizinhos temiam que eu morresse pagão, sem o sacramento do batismo. Os comentários eram de que eu e minha mãe morreríamos um após o outro. Continuamos vivos e contando a história. Tive uma infância com muitas restrições e consultas médicas. Meus pais, José Bartolomeu dos Santos e Cristina Rodrigues do Nascimento, hoje aposentados, trabalharam como motorista e merendeira escolar respectivamente. Tendo ambos estudado até a 4ª série primária, se esforçaram para que eu tivesse acesso à escolarização.

Tendo a escola de Ubu fechado suas portas junto com a destilaria de álcool e aguardente, a escola mais próxima ficava na comunidade do Gambá, distante cerca de 10 quilômetros, era a Escola Municipal Capela de São Sebastião. Possuía este nome pois no povoado ela servia de templo católico e escola. Acordávamos muito cedo para poder chegar lá as sete horas da manhã. Não gosto de comer cedo e minha mãe me obrigava a tomar café para não passar mal. Um caminho divertido que, porém, se tornava mais complicado no período das chuvas pois tínhamos que atravessar rios transbordados, as estradas escorregadias e cheias de lama.

Em 1997, a prefeitura municipal de Goiana reabriu a escola de Ubu e minha mãe e todos os alunos foram transferidos para perto de casa, e na Escola Municipal São Thomaz de Aquino eu concluí a 4ª série. De 1998 a 2001, fiz da 5ª a 8ª série na Escola Municipal Irmã Marie Armelle Falguières e de 2002 a 2004, o Ensino Médio



na Escola Estadual Benigno Pessoa de Araújo, as duas, localizadas no centro da cidade.

Acredito que na 8ª série e no Ensino Médio eu já estava impregnado pelo gosto da história e o adolescente que na infância gostava de brincar de ser professor se decidiu em fazer da brincadeira a sua profissão.

Em 2005, fiz o vestibular da Faculdade de Formação de Professores de Goiana (FFPG), onde cursei a licenciatura em História. Em 2008, ainda na faculdade, surgiu a oportunidade de fazer o concurso para professor da rede estadual de Pernambuco. Por incentivo da minha professora de Didática II, Ângela Ninfa, realizei a prova e fui aprovado sendo convocado para assumir em 2010. Em 2012, concluí a especialização em História do Brasil e em 2013 fui aprovado no concurso da Prefeitura de Itapissuma, tomando posse no ano seguinte. De 2013 a 2015 estudei Psicanálise pela UNIDERC e em 2016, participei da seleção do mestrado em educação da UFPB, onde estudo atualmente.

Um caminho trilhado com muito suor, pedradas, preconceitos....

Agradeço a algumas professoras que comprometidas com uma escola pública de qualidade, deram e ainda fazem o seu melhor: Maria Argentina Chaves (Alfabetização), Maria de Lourdes Maciel (1ª a 3ª Série), Eliane Rodrigues do Nascimento Cruz (4ª Série), Tutcha Marry Oliveira de Andrade Santos (Ensino Médio); Na faculdade, tive o apoio e incentivo de Maria de Jesus Santana Silva, José Elias Monção da Silva (falecido), Angela Ninfa de Andrade Cabral, Maria Eulina Câmara Lins e Melo, Ivan Rodrigues de Oliveira e Maria do Carmo Coelho.

Profissionalmente, trabalhei com meu tio como garçom aos 15 anos de idade para ter meu dinheiro. Quando iniciei a faculdade, fui chamado para substituir professores e a professora Tútcha, junto com seu esposo Jessé, viram naquele jovem de 18 anos o profissional que eu ainda não enxergava. Conseguiram trabalho para mim como contratado da prefeitura e com o salário mínimo foi que eu consegui cursar a graduação.

Hoje, olho para trás e percebo que sou um agraciado, pois Deus sempre colocou pessoas no meu caminho para me auxiliar, que foram, são e serão sempre referenciais que trago guardados na memória. Familiares e amigos que encontrei

nas mais diversas situações e que deixaram em mim suas marcas. Neles encontro paz, amor e acalento para seguir o caminho que escolhi: Ser um educador, não apenas conteudista, mas sim humano, preocupado em oferecer uma aula participativa, emotiva, emancipadora....

## **1.2 Preconceitos construídos: o que motivou instituir a lei 11.645/2008 e o Estatuto da Igualdade Racial?**

Todo o continente americano, desde o século XVI, viu chegar a seu litoral um número cada vez maior de espanhóis, portugueses, franceses, holandeses e ingleses. As nações europeias buscaram dominar as novas terras que, em primazia, já eram territórios de inúmeras tribos que genericamente seus membros foram classificados de índios, pois em 1492, Colombo pensava ter chegado às Índias Orientais. Dali se iniciaria um projeto de exploração, dominação e subjugação das culturas nativas, que ao longo dos tempos, foram sendo dizimadas.

Logo, o negro africano foi incorporado ao projeto explorador, sobretudo na América Portuguesa. Transformando-se em escravo, o índio e o negro no Brasil colônia e império foram vítimas de uma descaracterização de suas matrizes culturais, tratadas como erradas, demoníacas, não desenvolvidas, sob o olhar eurocêntrico.

A sociedade brasileira não é uma sociedade democraticamente aberta à possibilidade da construção de diferenças sociais substantivas, e ao mesmo tempo participantes. O que expõe de modo dramático as dificuldades para que esta sociedade se desenvolva no sentido de se construir como sociedade efetivamente pluralista que supere as desigualdades sem escamotear e mesmo destruir diferenças sociais, que são repositórios de valores de afirmação da liberdade e da universalidade do gênero (MARTINS, 2014, p. 165).

Em sua maioria, o branco europeu soube excluir e dificultar a valorização do afro-indígena no seio da sociedade como cidadão de direitos. Com a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, por meio do decreto imperial assinado pela princesa regente, Isabel Cristina, e mesmo com a Proclamação da República Federativa, em 15 de novembro de 1889, a situação dos descendentes de índios e negros, especialmente dos afro-brasileiros, não surtiu muitas mudanças positivas.

De maneira alegórica e sendo tratadas com menosprezo, as culturas e os saberes legados pelas tribos e afro-indígenas sofrem com “empobrecimento e sentimento de não pertencer à sociedade” (SILVA, 2011, p. 26). Somos propagadores, até de forma inconsciente, de uma formação educacional que atribuiu e ainda atribui aos europeus, a cultura tratada como clássica, desenvolvida, superior.

Desde o início do século XX, alguns pesquisadores têm se interessado em estudar e compreender as culturas de matriz africana (re)criadas no Brasil: seus costumes, vestimenta, comidas, religiões, dialetos, e modos de ser e conviver, que por tempos foram (re)construídos numa constante luta por manter vivas suas identidades. Nomes como Roger Bastide, Florestan Fernandes, Luiz da Costa Pinto, Gilberto Freire, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, entre tantos outros, tiveram debruçados sob sua ótica e interpretações, as negritudes do nosso país.

Abdias do Nascimento, em sua obra “O genocídio do negro brasileiro” (1978), denuncia a fragmentação de cores por meio das quais se definia o negro brasileiro: pardo, mulato, moreno claro, moreno jambo, cabra, e nomenclaturas que segundo ele, só serviam para dividir a comunidade negra. Essa fragmentação, segundo o autor, era uma estratégia do poder das elites brancas para impedir a construção de identidade política racial (GONÇALVES, 2011, p. 108-109).

Autores afirmam que o Movimento Negro Brasileiro - doravante MNB - ganhou maior ardor durante o governo dos militares (1964-1985), sobretudo nos anos finais da década de 80. Pensando e reivindicando por espaço, respeito e cidadania, buscavam colocar em prática o que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos classificou como ‘pedagogia das ausências e das emergências’, que “consiste em um exercício político e epistemológico cujo objetivo principal é transformar as ausências e a invisibilidade que recaem sobre os movimentos sociais e seus saberes” (GOMES, 2011, p. 46).

Na nossa atual Constituição Federal, instituída em 1988, percebemos essa abertura, no que diz respeito à igualdade de direitos. Nilma Lino Gomes (2011, p. 48), baseada em outros estudos, salienta que o MNB foi o maior responsável pelo reconhecimento enquanto sujeito politizado, às mudanças e críticas educacionais realizadas em nosso país.

Regina Pinto diz que todos os pesquisadores por ela estudados são unânimes em concluir que a Imprensa Negra sempre defendia a bandeira da educação na tentativa de ampliar o padrão cultural dos negros na sociedade em que estavam (GOMES JÚNIOR, 2010, p. 139).

Desde a lei 9394/1996, até a virada do século, tais movimentos sociais conseguiram o trunfo por tanto lutar, que a lei 10.639 de 09 de março de 2003 fosse sancionada. Além de incluir no calendário de escolas públicas e particulares, o dia 20 de novembro como ‘dia da Consciência Negra’, em homenagem a Zumbi, último líder do maior quilombo brasileiro (Palmares). Lei obriga que as escolas ensinem a história e a cultura afro-brasileira-brasileira, em especial, os currículos de história, literatura e artes.

O obstáculo maior à integração da vida cultural é a **dificuldade** em fazer com que pessoas que convivem em mundos diferentes possam influenciar-se **reciprocamente** de uma forma genuína. Se é verdade que existe uma consciência coletiva, e que esta consiste na interação de uma multiplicidade desordenada de perspectivas nem sempre comensuráveis, **a vitalidade dessa consciência coletiva dependerá, então, de que sejam criadas condições para que essa interação possa ocorrer**. O primeiro passo para criação dessas condições é a **aceitação de que existem diferenças, e diferenças profundas**; o segundo é compreender quais são essas diferenças; e o terceiro é construir algum tipo de vocabulário capaz de formulá-las publicamente (GEERTZ, 1997, p. 241-242 – Grifo nosso).

Por reciprocidade, entendemos aquela relação onde os cidadãos deixam suas diferenças de lado e ajudam-se, relacionam-se pelo viés da cooperação. Por mais que a sociedade esteja fragmentada em classes sociais, credos, status, regiões geográficas e outras situações, podemos e devemos assumir uma educação baseada na inclusão e emancipação dos sujeitos. Ao ser palco de estudos, debates e diálogos sobre a história e a cultura negra, a escola José Pinto de Abreu está rompendo com as elaborações ideológicas que estruturaram a mentalidade do povo brasileiro. Fora construído como já frisamos a figura do negro como “sinônimo de ser primitivo, inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica” (ROCHA, 2013, p. 56). Luiz Carlos Paixão da Rocha (2013, p. 57), em seu estudo sobre as africanidades culturais no Paraná, vai dizer que a “obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, pouco se alterou na realidade escolar”. Por essa razão, segue o desafio da educação familiar, escolar e superior em se unir para juntos reconstruirmos uma sociedade que prime pelo respeito, tolerância e solidariedade.

Em 2008, a lei 11.645 de 10 de março veio reestruturar a lei anterior (2003), incluindo os povos indígenas do Brasil, tentando valorizar e estimular o legado daqueles que habitavam estas terras antes da chegada das caravelas. Com um rápido olhar sobre as culturas brasileiras, localizamos e expressamos traços eurocêntricos com maior vigor, mas quando a situação diz respeito as culturas

indígena e negra, é rotineiro que poucas propostas pedagógicas sejam sistematizadas. Hoje mais do que nunca precisamos fazer com que as escolas sejam lócus do respeito às diferenças, do “reconhecimento de que somos um país plural, porém hierárquico e desigual” (SOUZA, 2013, p. 105).

Para José de Sousa Martins, no que concerne aos atuais estudos sobre os negros no Brasil, ele prega que se tenha cautela e cuidado, pois, muito se “age como branco pensando ser negro, pois no fundo, a história branca desta sociedade negra não deixou ao negro senão a alternativa de ser branco” (2014, p. 190-191). E nos deixa um alerta no sentido da responsabilidade da(s) comunidade(s) negra(s) para sanar essa opressão:

O negro não se libertará, nem se emancipará se não compreender a dialética da libertação e da práxis: ele só será livre e emancipado se libertar e emancipar o branco que se apossou não só do seu corpo na escravidão, mas também de sua alma na liberdade que lhe deu (MARTINS, 2014, p. 191).

Essa possibilidade das desconstruções preconceituosas que ainda são latentes em relação aos negros com os negros, dos brancos com os negros e da própria negação em não aceitar-se, é uma triste realidade e para tentar ainda mais contribuir por meio de políticas públicas governamentais, o Governo Federal, através da lei 12.288, de 20 de julho de 2010, criou o Estatuto da Igualdade Racial, com o objetivo de garantir igualdade de oportunidades para a população negra no Brasil. O estatuto vem em defesa de uma maioria populacional que se auto declara negra, como constata o IBGE. De acordo com o professor Eduardo Jorge Lopes da Silva (2016), que

Os estudos disponíveis indicam que mais de 90% da população descendente dos escravos trazidos da África para a América na época colonial são pobres, têm acesso aos empregos de menor remuneração e contam com baixo nível de instrução. Além disso, são sujeitos a uma aguda discriminação por causa da cor da pele (SILVA, 2016, p. 37).

As ações dos governos em suas várias esferas (federal, estadual e municipal), do setor privado, das instituições religiosas, acadêmicas, ONG's, enfim, de todos os setores da sociedade devem e podem se solidarizar no enfrentamento dos preconceitos e discriminações sobre os negros. De uns tempos para cá, percebemos que

O racismo é afirmado/negado e vem sendo banalizado como “brincadeira”. A escola, a despeito da multiplicidade cultural que a constitui, mantém a prática centralizada no modelo eurocêntrico de cultura e produção do

conhecimento, não tem considerado relevante o universo ontológico do alunado afrodescendente, deixando-o à margem. É através desse etnocentrismo que as práticas racistas têm se perpetuado, pela negação e silêncio do diverso, impossibilitando a expressão da diversidade cultural no âmbito escolar (SANTIAGO; NETO, 2010, p. 33).

Eliete Santiago e José Batista Neto são pesquisadores e professores do PPGE da UFPE e em seu trabalho, discorrem sobre as dissertações e teses que foram defendidas entre 1999 e 2009 naquele programa de pós-graduação *stricto sensu*. Eles afirmam que todos devemos nos permitir a conhecer os diferentes contextos nos quais nossos afrodescendentes se identificam e estão inseridos. Que a escola pode ser de grande valia para fortalecer a identidade e o pertencimento de todos, pois “a educação seria um meio de trazer liberdade; precisamos nos educar para sermos livres” (SANTIAGO et al., 2010, p. 131).

### **1.3 Educação Popular e Identidade Cultural**

Nosso trabalho se baseia em três Conceitos: Corpos Conscientes, Resistência e Identidade Cultural. Conceitos estes que foram abordados por Gonçalves, Cheron Zanini Moretti e Felipe Gustsack, no Dicionário Paulo Freire (2017). Utilizaremos as abordagens de outros teóricos para aprofundarmos nossas percepções. A Educação Popular tem como marca profunda a valorização do não elitizado das culturas populares, silenciadas muitas vezes pela cultura hegemônica. A EP seria, pois, uma “forma aberta e acolhedora do reconhecimento de princípios elementares da produção de saberes, da relatividade, da historicidade, da totalidade, entre outros” (SILVA, 2016, p. 9).

Selma Garrido Pimenta (2014, p. 84) dirá que todo educador popular “está atrelado ao adjetivo popular, que é vinculado às classes populares”. Sendo assim, todo educador que se compromete com os movimentos sociais culturais que foram (ou são) tratados com desprezo, se enquadram nesta temática de ter a “educação como prática da liberdade” (FREIRE, 2011).

O educador popular deseja e luta de diversas formas por uma sociedade igualitária e justa, que estimula autonomia, potencializa ideias, ajuda a refletir, a projetar sonhos que podem e devem se tornar realidades na vida de pessoas e

comunidades. Ele é o mediador do conflito para que as diferenças sejam respeitadas e que todos possam conviver na coletividade, mas, com suas singularidades. Um(a) educador(a) popular faz uso de várias linguagens (artísticas, poéticas, lúdicas, científicas, teatrais, entre outras), permeadas com e pelo amor à ação, construindo vínculos, pois, sem estes, a “educação popular não se efetiva ou sequer acontece” (2014, p. 92).

Os negros escravos foram oprimidos e seus descendentes até nossos dias são grande parte dos que ainda sofrem opressão. Assim, a EP está “pautada na construção de uma democracia social, digital e racial, seja na educação formal ou não formal” (2016, p. 62). Educandos e educadores precisam estar sempre solidários para essa percepção da relação circular e não unilateral dos conhecimentos. Uma visão cerrada pode comprometer o processo emancipador que está em eterna construção, pois, nunca paramos de aprender.

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se nas práxis, com a sua transformação; O segundo, em que, **transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação** (FREIRE, 2016, p. 80-81 – Grifo nosso).

Esse permanente estado de libertação ainda é visível em nosso meio e uma constante, pois “o trabalho do professor não é o de resolver as contradições, mas de esclarecê-las e evidenciar as várias formas de legitimidade que podem existir em cada uma” (CHARLOT, 2013, p. 175). Assim, a sala de aula se transforma em um laboratório de possibilidades onde vamos nos (re)conhecendo enquanto cidadãos construtores/difusores da fraternidade. O importante, é que o estudante tome propriedade de (re)conhecimentos que sejam relevantes para ele e a comunidade a qual pertence e se identifica. Lemos o mundo do outro com a nossa ótica, quando na verdade deveríamos usar a maneira de ver, de sentir e de entender dos outros. Acabamos por unificar e julgamos de ‘carentes’ nossos estudantes dos meios populares. Charlot (2013) nos dirá que

eles não têm carências; têm sim, outra forma de se relacionar com o mundo, outro tipo de vínculo com o mundo, outra forma de entrar em um processo de aprender. É claro que há alunos que sabem coisas e outros que não sabem. Esse saber, entretanto, não é carência, pois se trata de um fenômeno derivado, uma consequência, e não um elemento primeiro que se caracteriza a pessoa (2013, p. 162).

O que alguns pregam como carência, são na verdade conhecimentos desvalorizados por aqueles que foram contaminados pelos preconceitos no que se diz sobre saberes populares. A participação coletiva seria a chave, porque todos temos saberes, todos podem contribuir de alguma maneira. Devemos estimular a participação dos nossos estudantes em todos os lugares sociais, para ir de encontro ao modelo tradicional de escola que nos foi legado. Mesmo no seio de muitas famílias, essa educação passiva torna-se um entrave e faz-nos não participativos, expectadores, atores figurantes da sociedade e da nossa própria existência. Educadores(as) e familiares devem, pois, prestar mais atenção aos meios que seus alunos/filhos fazem uso para aprender. Se observarmos bem, os habitantes e/ou descendentes dos povos indígenas e quilombolas

Veremos que não é somente com a inteligência que se tem acesso a conhecimentos. Que é com o corpo inteiro – o físico, a inteligência, os sentimentos, as emoções, a espiritualidade – que ensinamos e aprendemos, que descobrimos o mundo (SILVA, 2011, p. 31).

A aprendizagem com o corpo inteiro nos faz uma conexão com o conceito de *Corpos Conscientes*. Gonçalves (2017), afirma que este termo aparece mais de 15 vezes nas obras do patrono da educação brasileira. Aparecerá pela primeira vez em 1968, em *Pedagogia do Oprimido* e, por último, em 1997 em *Pedagogia da Autonomia* (1996). Para uma educação transformadora, Freire não concordará com o modelo de ensino que classificou como bancário, onde o indivíduo é tratado como um depositário, um recipiente vazio, no qual é inserido conhecimentos.

Nessa perspectiva emancipadora, o *Corpo Consciente* é aquele(a) “que olha as estrelas, é o corpo que escreve, é o corpo que fala, é o corpo que luta, é o corpo que ama, que odeia, é o corpo que sofre, é o corpo que morre, é o corpo que vive”(FREIRE, 1985 apud GONÇALVES, 2017, p. 95). A escola precisa estar aberta e enxergar os variados corpos conscientes diferentes, que necessitam de cultivo, esclarecimentos, (re)significações, e (re)interpretações de seus anseios. Em um de seus artigos, Gonçalves (2009, p. 23-24) ainda dirá que

a noção de *Corpo Consciente*, por sua vez, abre condições para entender que há lugares sociais diferenciados numa sociedade de classes. As diferenciações que são postas pelos lugares de vida e de trabalho e acesso aos bens culturalmente produzidos, como sabemos, transformam-se em desigualdades sociais. Apesar disso, não podemos considerar que os grupos populares, pela sua condição precária de reprodução de vida e de trabalho nada tenham a nos dizer sobre o que precisamos conquistar para construirmos uma sociedade mais fraterna, solidária e digna.



A palavra cultura provém do verbo latino colo, que significa cultivar. Durante séculos, foi considerada (e ainda é) que a cultura herdada dos povos africanos não tem valor nem serventia. Sendo assim, é preciso fazer emergir as dores, os medos e os silêncios que foram produzidos no Brasil para podermos reeducar a sociedade no que se refere às relações étnico-raciais, e a escola não deve ficar de fora desse contexto de aliado do MNB. Tanto é que o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Vejamos:

Os diferentes grupos, em sua diversidade, que constituem o Movimento Negro Brasileiro, têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de ter julgados negativamente seu comportamento, ideias, e intensões antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer iniciativa. Têm eles, insistido no quanto é alienante a experiência de fingir ser o que não é para ser reconhecido, **de quão dolorosa pode ser a experiência de deixar-se assimilar por uma visão de mundo, que pretende impor-se como superior e por isso universal e que os obriga a negarem a tradição do seu povo** (BRASIL, 2013, p. 500 – Grifo nosso).

Se a cultura do estudante não é valorizada na escola, como ele vai gostar desse ambiente? Se a escola não planeja atividades que primem pelas manifestações culturais do município como os discentes irão estimar e expressar-se sobre elas? Parece ser mais fácil generalizar e valorizar uma cultura ao invés das várias tradições que estão vinculados os nossos alunos.

O povo negro resistiu de várias maneiras: diminuindo o ritmo de trabalho, sendo o negro escravo; inventando a capoeira (luta e dança); produzindo comidas; burlando a obrigação de ser católico romano quando praticava o sincretismo religioso, associando os santos aos seus orixás de pertença e devoção; entre tantas outras formas de resistir ao que lhes era imposto. Cheron Moretti (2017, p. 360), afirmará que “a resistência deixa de ser um movimento só de reação de autodefesa e passa a ser uma ação ou política ofensiva. As resistências são práticas que contrariam alguns aspectos de visão de mundo dominante”. Os resistentes, ora se demonstram passivos, ora ativos, mas, nunca desistem, porque é na rebeldia das injustiças que nos (re)afirmamos. Então, na exposição de Maria da Glória Gohn (2014, p. 65), quando do seu entendimento sobre mobilização social, a escola pode ser parte integrante das “ativações que visam mudança de comportamento ou adesão a dados programas ou projetos sociais, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social, etc”.

Graças aos movimentos sociais que resistiram e que ainda resistem, que temos o respaldo (não sabemos até quando, dadas as novas conjunturas políticas) de leis que nos acobertem nas elaborações de ações afirmativas e nos auxiliam a projetar processos de cooperação dos corpos conscientes. No documento “Repensar a Educação: rumo a um bem comum mundial?” (2016), a UNESCO estimula esse auxílio em caráter transformador.

**A educação é essencial para desenvolver as capacidades necessárias para expandir as oportunidades de as pessoas viverem de maneira significativa e com respeito a igualdade e a dignidade.** Uma visão renovada da educação deve promover o desenvolvimento de pensamento crítico, julgamento independente e debate. Melhorar a qualidade da educação e a oferta de uma aprendizagem econômica e socialmente relevante, conforme determinado por indivíduos e comunidades, são aspectos intrínsecos para a realização dessas mudanças (BRASIL, 2016, p. 36 – Grifo nosso).

Para Felipe Gustsack (2017, p. 216), o Conceito de Identidade Cultural está nos livros de Paulo Freire para ajudar-nos a seguir nossas matrizes legadas, e por seguinte, nos conscientizarmos das realidades em que estamos vivendo, e que os educadores seriam corresponsáveis para o rompimento das amarras de uma visão ingênua dos discentes, e que ensinar exige por parte dos facilitadores um (re)conhecimento permanente de variadas realidades culturais. O professor Fernando Abath Cananéa (2016, p.214-215), dispõe sobre a Identidade de Resistência, que caracteriza as culturas negras, fazendo surgir comunidades “defensivas em torno de princípios comunitários e em busca de significado”.

É por esse motivo que os movimentos sociais “valorizam antes de tudo as pessoas” (BOGO, 2010, p. 155). Os estudantes cotidianamente (re)vivem práticas culturais que lhes foram transmitidas pelos familiares, vizinhos e/ou que eles se identificaram. Ademir Bogo ainda salienta em sua obra que “as formas de identidade estão marcadas pela aceitação e manutenção do presente” (2010, p. 59). O surgimento, estagnação ou propagação de qualquer existência cultural só é possível com a identificação, ou seja, com a existência da identidade. Como vivemos em um mundo pós-moderno e globalizado, estando o ser humano sempre se reinventando, adquirindo novidades culturais de outros povos, o sociólogo Stuart Hall em seu livro evidencia que

o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de

tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2015, p. 12).

Podemos conjecturar, a partir do pensamento desse Teórico Cultural jamaicano, que o povo brasileiro (e por que não dizer outros povos) são marcados por vários “eu’s”, pois, na nossa formação, não podemos desconsiderar as diversas matrizes europeias, indígenas e africanas que aqui interagiram. Mais, ainda muito recentemente temos as influências das novas tecnologias e mídias que favorecem/aceleram as “mudanças sociais e culturais” (BURKE, 2008, p. 88). Peter Burke em ‘O que é História Cultural?’ (2008), também orienta no sentido do cuidado com esse momento que pode descaracterizar o local (GEERTZ, 1997), e nos separar do que somos.

Perguntamos nós: o(a) negro(a) era classificado(a) de negro(a) antes do europeu acorrentá-lo(a), batizá-lo(a) e força-lo(a) a entrar num navio negreiro/tumbeiro? A resposta de Achille Mbembe, em “Crítica da Razão Negra” é de que não. Para este sociólogo, que tem se debruçado nos estudos sobre as identidades e culturas africanas antes do século XV e XVI, dirá que antes da chegada dos navegadores que estavam a serviço das Coroas ibéricas, que existiam disputas, guerras e escravidão entre as tribos, mas, que nenhuma tentara menosprezar a outra por serem negros(as); esta nomeação foi feita pelos ‘brancos’, na tentativa de justificar, coisificar, animalizar os homens, mulheres e crianças daquele continente.

Henry Blanton Parks, por exemplo, defendia que os negros da América e os africanos constituem duas raças distintas. Devido ao seu prolongado contato com a civilização, os negros da América seriam mais evoluídos do que os indígenas de África, que conservavam uma força primitiva que, conjugada com aquilo que os negros da América terão trazido de séculos de convivência com a civilização, iria naturalmente reanimar a virilidade da raça negra em geral (MBEMBE, 2017, p. 56-57).

A preferência por negros nascidos na América ao invés daqueles de África seria que, os primeiros já estariam melhor domesticados, dominados. Os povos negros foram retirados até de seus próprios nomes pessoais, de sua língua, de perto do convívio com os seus, e transformados em animais, coisas, uma peça, mercadoria vendida nos leilões ao desembarcar. É por essa e outras razões que até hoje, vários descendentes de povos africanos tem dificuldades em se firmar e reconhecer, pois, durante muito tempo, foi o Outro quem disse o que ele era, como ele deveria se comporta e o que ele iria se tornar; porque foi forjada a ideia de que

“o negro é um ‘homem’ que nem é verdadeiramente um entre nós nem é como nós” (2017, p. 63). Ou seja, ao negro que o europeu criou foi negado tudo, ele foi condicionado à lugares, trabalhos, vestimentas e colocado dentro de uma categoria desprovida de inteligência.

Neste contexto, os processos de racialização têm como objetivo marcar entre estes grupos de populações, fixar o mais possível os limites nos quais podem circular, determinar exatamente os espaços que podem ocupar, em suma, conduzir a circulação num sentido que afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral (MBEMBE, 2017, p. 71).

O negro foi afastado para lugares distantes (cortiços, favelas); foi-lhe negado durante o regime de escravidão e após abolição a ocupação de lugares, trabalhos, instituições. Tudo isso, para manter o poderio dos racistas, perpetuando o processo de exploração das pessoas com descendência e/ou características africanas, ou seja, em corpos de exploração, como prefere Mbembe.

#### **1.4 O estudo que escolhemos seguir**

Como dizia Fleuri (2002, p. 27), era preciso “sentir e conhecer o dia-a-dia da escola e da comunidade”. Chegamos para lecionar na escola em questão, campo primeiro para esta pesquisa e observamos os movimentos daqueles que a fazem e dão vida a este espaço. Dialogando, fomos ganhando a confiança e os grupos dos quais os discentes provinham se deixaram emergir. Suas comunidades falam em suas palavras, em seus gestos, em seus modos, enfim, naquilo que está entranhado nas veias.

Observando o cotidiano da escola, encontramos frequentemente ações que impedem a expressão das diversas vozes que circulam o contexto escolar e amplificam as vozes valorizadas pelo pensamento hegemônico (ESTEBAN, 2002, p. 21).

Perguntas e questionamentos (explícitos ou não) são orientadores da nossa caminhada, onde podemos elencar possibilidades de visões que o leque das Africanidades Brasileiras presente nas salas de aula da Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu nos faz ver e/ou enxergar.

De acordo com Silva (2012, p. 94): “na perspectiva da sabedoria africana, as pessoas, ao longo da vida, se constituem, uma com as outras, pessoas cada vez mais humanas e, dessa forma, aprendem a construir a própria vida”. Infelizmente,

escolas e universidades brasileiras ainda estão muito distantes desses valores e saberes não escolares/acadêmicos. A pesquisa em educação, bem como as demais ciências da área de humanas, carrega em si um preconceito latente, quando equiparadas com as vertentes da pesquisa em saúde ou de exatas, por exemplo.

A ciência da Educação tem demandas diferentes da ciência cognitiva, ou da sociologia, embora destas necessite, para tratar seus problemas. Educação é área de conhecimento e área profissional, um setor aplicado, interdisciplinar, e o conhecimento que produz, ou deveria produzir, diz respeito a questões de intervenção intencional no âmbito da socialização, diz respeito a metodologias de ação didático-pedagógica junto a setores populacionais, com objetivos de compreensão desse agir e de seu potencial de transformação (GATTI, 2007, p. 61).

Essa pesquisa não é sobre a escola, mas sim, uma exposição/interpretação coletiva daqueles que, por vezes, são (ou estão) na condição de figuras em segundo plano na escola. Buscando apoio teórico na sociologia e na história do passado goianense, queremos que nossa pesquisa se dirija aos grupos populares de modo que possa ampliar os mecanismos de compreensão, superando as suposições do senso comum.

Na Teoria Fundamentada nos Dados - doravante TFD - e com a escuta das 28 entrevistas realizadas entre os meses de maio e junho deste ano (2018), e com as pesquisas realizadas por outros intérpretes em suas realidades, queremos explicar as significações presentes nos movimentos aos quais os estudantes convivem e/ou provém antes de terem chegado à escola. Para isso, nosso trabalho faz uso de dados escritos, verbais e da observação, construindo ideias, conectando-as. Por esses motivos classificamos essa dissertação como uma pesquisa explicativa pois “pretende identificar os fatores que contribuem para ocorrência e o desenvolvimento de um determinado fenômeno” (GONSALVES, 2018, p. 121).

Para explicar as negritudes na (da) escola, uma teoria nascida há pouco, nos servirá como decodificadora, auxiliando nas análises do caminho que escolhemos, que é um método aberto, pois “valoriza as especificidades de cada objeto, a prática interpretativa interdisciplinar situada no âmbito da microanálise, assim como afirma o pluralismo documental, teórico e metodológico” (GONSALVES, 2018, p. 115).

De acordo com Robert E. Stake (2011, p. 21), “Qualitativa significa que seu raciocínio se baseia principalmente na percepção e na compreensão humana”. Para Marli André (2002, p. 38), “A pesquisa deve dirigir-se aos grupos populares de modo que estes possam entender melhor seus problemas e agir em defesa de seus interesses”. Um grande desafio para o(a) pesquisador(a) na área das ciências humanas, e no nosso caso, educacionais, é enfrentar a confusão entre liberdade de pensamento, pluralismo eclético e o convívio de posturas divergentes na sociedade.

Renomados autores expõem em determinados momentos suas concepções acerca do que é uma pesquisa qualitativa. Richardson (1999, p. 90) dirá que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados situacionais apresentadas”. Este pesquisador ainda afirma que é muito improvável que dois investigadores qualitativos tenham a mesma leitura de um mesmo objeto de pesquisa, porque cada um interpretará de acordo com seu campo de visão, sua cultura, seus conhecimentos. Ressalta que “a aplicação de critérios quantitativos de validade a dados qualitativos é inadequada” (Ibidem, p. 99). Isto porque, as ciências exatas, em sua maioria, têm como forma geral de validação a quantidade.

Para John W. Creswell (2014, p. 130), “a intenção em pesquisa qualitativa não é generalizar as informações, mas elucidar o particular, o específico”. Já no entendimento de Anselm Strauss e Juliet Corbin, a pesquisa qualitativa abarca

Qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. **Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações** (STRAUSS, 2008, p. 23 - grifo nosso).

Ora, nossa pesquisa se enquadra perfeitamente nos moldes desta terminologia porque está baseada em várias manifestações culturais de pessoas e movimentos negros, que expressam (ou não) sentimentos e emoções dentro de uma instituição escolar e fora dela, e precisam afirmar-se dentro de espaços, apropriando-se e valorizando aquilo que são.

Gonsalves (2018), descreve e reconhece os pesquisadores qualitativos dotados de uma vasta pluralidade de procedimentos e métodos, pois, estão interessados em

aproximar-se ao máximo dos significados produzidos pelos sujeitos nas interações que estabelece na vida social. Para tanto, tentam se distanciar da proposição do monismo metodológico afirmado pelo Positivismo Lógico, e se lançam inclusive na busca de novas ferramentas investigativas.

Se deixarmos, as pessoas nos ajudarão a compreender suas óticas, mas para isso, é preciso nos desprendermos das correntes que nos fazem reféns de preconceitos e julgamentos. Das abordagens que uma pesquisa qualitativa pode se direcionar; temos a pesquisa narrativa, a etnografia, a fenomenologia, o estudo de caso e a teoria fundamentada. Pelas características debatidas e analisadas, adotaremos a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) para descrição e interpretação da temática das identificações e (re)conhecimentos das africanidades presentes no cotidiano das escolas públicas de Goiana - PE.

Tentando inovar e influenciados pelas inspirações de Paul Lazarsfeld, Thomas, Park, Hughes, Blumer e outros pensadores, os sociólogos Anselm Strauss e Barney Glaser estavam em busca de uma nova abordagem no campo das pesquisas sociológicas devido ao enfraquecimento na década de 60 do século passado das outras maneiras de se fazer pesquisa. Aliando os conhecimentos um tanto positivistas da Universidade de Columbia (Glaser) e o pragmatismo da Escola de Chicago (Strauss), estes professores lançaram em 1967 o livro *The Discovery of Grounded Theory* (A Descoberta da Teoria Raiz), incentivando dentro e fora da academia o surgimento de teorias por meio de estudos fundamentados nos dados “em vez da dedução de hipóteses analisáveis a partir de teorias existentes” (CHARMAZ, 2009, p. 17).

Nascia assim a abordagem conhecida como Teoria Fundamentada ou Teorização Enraizada. Creswell, em sua obra, objetiva este princípio como

Um projeto de pesquisa qualitativo em que o investigador gera uma explicação geral (uma teoria) de um processo, uma ação ou uma interação moldada pelas visões de um grande número de participantes. Os teóricos fundamentados sustentam que as teorias devem ser “fundamentadas” em dados do campo, especialmente nas ações e processos sociais das pessoas (2014, p. 77).

José Luís Guedes dos Santos (2016, p. 3), concorda com Creswell (2014) e Charmaz (2009), elucidando que “a teoria deve emergir dos dados mediante

investigação social”, adotando estratégias para produzir e posteriormente analisar as informações, descrevendo e interpretando os dados, relacionando-os com os conceitos, articulando-os. O buscar dos significados dos movimentos, destas ações pessoais e/ou coletivas, seria o objetivo por essência da TFD. Das principais técnicas utilizadas nesta abordagem, os autores citam a entrevista, seja ela individual ou coletiva, análise de figuras, fotos, documentos e a observação participante.

Propagadora de uma Teoria Enraizada Construtivista, Kathy Charmaz valoriza a explicação interpretativa, por crer que as perguntas e hipóteses da pesquisa podem mudar de acordo com as condições, contextos e inter-relações dos fenômenos. Sobre conceitos e categorias

Strauss e Corbin asseveram que o conceito é uma “representação abstrata de um fato, de um objeto ou de uma ação-interação que um pesquisador identifica como importante nos dados”. A categoria por sua vez, é um agrupamento de conceitos “de grande poder analítico porque tem o potencial de explicar e prever” (SANTOS, 2016, p. 5-6).

Sendo assim, para Creswell, as categorias encontradas devem se inter-relacionar, construindo descrições que podem assumir um caráter de uma imagem visual, de uma declaração narrativa ou proposições (p. 79). Relações conectivas entre o micro e o macro nos contextos analisados auxiliam o pesquisador a ampliar suas interpretações. “Análise é a interação entre os pesquisadores e os dados. Teorias fundamentadas, por serem baseadas em dados, tendem a oferecer mais discernimento, melhorar o entendimento e fornecer um guia importante para ação” (STRAUSS, 2008, p. 25).

Charmaz instrui que para uma TFD ser coerente, ela deve cumprir alguns critérios: “ter um ajuste adequado aos dados, utilidade, densidade conceitual, durabilidade ao longo do tempo, ser passível de alterações e apresentar poder explicativo” (2009, p. 19). Essa passividade de alterações, Santos (2016) vai chama-la de “adaptação emergente”. As enfermeiras Josete Luzia Leite, Laura Johanson da Silva e Rosane Mara Pontes de Oliveira, consideram que a TF retratando a realidade é pensar e raciocinar criticamente

Examinando conceitos, ideias, afirmativas, crenças, ações, inferências, pressuposições, princípios, argumentos, razões, justificativas, características, exemplos e experiências. É a arte de pensar conscientemente sobre o próprio pensamento dos outros, questionando a



propriedade do conteúdo, mensurando e aplicando modelos ou critérios para avaliar e interpretar (2010, p. 774).

Então, a TF é muito centrada na valorização das ações e palavras (fala) dos sujeitos estudados, produzindo conhecimento (teoria) a partir destes. “Teorizar é um trabalho que implica não apenas conceber ou intuir ideias (conceitos), mas também formular essas ideias em um esquema lógico, sistemático e explanatório” (2008, p. 34). “Glaser diz que tudo são dados” (2009, p. 33). Sendo professor na escola em que a pesquisa está se realizando, temos observado e participado das atividades desenvolvidas pelos estudantes dentro e fora da sala de aula. Em nosso caso, já participamos e trouxemos para a escola sacerdotes de cultos afro-brasileiros, fomos para a Caminhada dos Terreiros, os Encontros de Caboclinhos, das Rodas de Capoeira, enfim, dos eventos que estes movimentos realizam em Goiana.

O questionário foi outra ferramenta utilizada para geração de dados e verificação-saturação. Estes seguiram os parâmetros de termos de esclarecimento e autorização conforme parecer do Comitê de Ética da UFPB (Parecer Nº 2.613.584). Tivemos como amostragem, 20 estudantes das diferentes modalidades de ensino ofertadas na escola, sendo que metade deles participa ativamente dos movimentos negros; 08 (oito) professores, sendo 02 (dois) de Língua Portuguesa, 02 (dois) de História, 02 (dois) de Arte e 02 (dois) membros da equipe gestora. Quanto ao tratamento dado aos entrevistados, esclarecemos que eles estão identificados por letra(s) no último capítulo.

Temos consciência da responsabilidade em dar voz aos munícipes segregados, que como em outros lugares deste país, na sua maioria ainda negam, escondem, se intimidam ao falar de suas africanidades. Precisamos recuperar sua identidade cultural e torná-la comunicável aos demais para que a argumentação possa ser incorporada ao diálogo.

## 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DE GOIANA

### 2.1 De Freguesia aos tempos contemporâneos

Tabajaras e Potiguares já habitavam o território goianense quando da chegada de europeus em nosso litoral. O Rio Goiana apareceu pela primeira vez em uma cartografia no ano de 1519 com o nome de 'Rio das Pedras', talvez referência a famosa Pedra da Galé, arrecife natural que na maré baixa pode ser observada entre o litoral norte de Pernambuco e o sul da Paraíba. O navegador Sebastião Caboto esteve neste rio em 1526 fazendo reconhecimento.

Alguns historiadores afirmam que em 18 de agosto de 1501, estiveram em Itaraca (Ponta de Pedras) os navegadores Américo Vespúcio e Gaspar de Lemos na primeira Expedição Exploratória. Efetivamente, nesta praia foi instituída uma missão catequética pelo prior franciscano frei Antônio do Campo Mayor, do convento de Igarassu em 1588. Homero Fonseca enfatiza que

**A presença de colonizadores brancos deu-se em torno de 1534.** As terras de Goiana faziam parte da Capitania de Itamaracá e assentam-se no vale do rio Goiana, formado pela confluência dos rios Capibaribe-mirim e Tracunhaém. Em meio ao conflito com os primitivos habitantes, instalaram-se vários engenhos, e graças ao movimento de um ancoradouro, por onde se escoava a produção do interior, floresceu o comércio (FONSECA, 2013, p. 132-133 – Grifo nosso).

Goiana não nascera em território pernambucano. Em primazia pertenceu a Capitania de Itamaracá, doada pelo soberano português à Pero Lopes de Sousa, que chegou onde hoje está situada a 'Vila Velha' em janeiro de 1535. Quanto ao nome Goiana, são divergentes as opiniões. Estudando a língua dos nativos, expomos o entendimento de alguns escritores. Teobaldo Machado (1990) fundamentado em Ângelo Jordão e Adolfo Varnhagem diz significar 'Gente estimada, querida', se referindo ao tratamento dos potiguares com os franceses. Salvandy Tavares Mendes de Souza (2005, p. 19) diz que GUA significa gente e ANA estimada. Teodoro Sampaio diz ser porto ou ancoradouro do vale do rio ou bacia. Severino Carneiro (2010) dá como interpretação 'Terra de muitas águas'.

Para Mário Melo é planta anileira em um lugar encharcado, flor de cana. Em 1592 nos catálogos da Companhia de Jesus, os jesuítas André de Soveral e Diogo Nunes dizem residir na aldeia de "Gueena", localizada entre as capitanias da

Paraíba e de Pernambuco. Em 1606 este nome já teria evoluído para Guayana e posteriormente Goyanna. Mesmo com problemas e conflitos administrativos a Capitania de Itamaracá cresce, acontecendo que

Em 1555 é criada a segunda freguesia da capitania denominada São Lourenço de Tejucupapo. No dia 07 de dezembro de 1569, dona Jerônima de Albuquerque Sousa, filha de Pero Lopes de Sousa, concede a André Fernandes Velasquez duas mil braças de terras em quadro, onde ele constrói o engenho Itapirema, situado então nos domínios da freguesia de São Lourenço de Tejucupapo (OLIVEIRA, 2010, p. 87).

Treze anos depois, a aldeia de Capibaribe, localizada na região do Baldo do Rio em nossa cidade também foi elevada à categoria de freguesia de Nossa Senhora do Rosário, em uma das visitas pastorais do primeiro bispo do Brasil Dom Fernando Barreiros em 1568. O número de engenhos nas duas paróquias cresce consideravelmente. Com as engenhocas a moer cana, braços para derrubar a Mata Atlântica e plantar a cana. Os nativos foram perseguidos e obrigados a trabalhar como nos evidencia Jordão Filho (1977, p. 83) que “essa exigência de braços escravos índios aumentava à proporção que ia crescendo o número de engenhos.” Os estudos publicados sobre a história de Goiana não precisão com exatidão a chegada de escravos oriundos da África, afirmam apenas que teria acontecido na segunda metade do século XVI.

Goiana se destacava pelo seu desenvolvimento, haja vista seus 12 engenhos que representavam os primeiros núcleos de civilização da Paróquia. Nesse contexto, a influência e o prestígio dos seus antigos proprietários, homens ricos e poderosos senhores da economia da região, foram decisivos no seu desenvolvimento político e social. Porém, durante o período da dominação holandesa (1630-1654), Goiana passou por uma fase de estagnação (SILVA, 2008, p. 20).

Os 12 engenhos que foram fundados antes do território de Goiana ser dominado pelos holandeses em 1635 eram: Japomim ou Recunzaém, Itapirema, Goiana ou Goiana Grande, Três Paus, Santos Cosme e Damião, Jacaré ou Ubu, Bujari, Tracunhaém de Baixo, Mariuna, Tracunhaém de Cima ou Mussumbu, Engenho Novo de Santo Antônio e o Engenho Nossa Senhora da Conceição. Verificou-se que nenhum engenho foi erguido durante este momento e, este período para Goiana fora muito conflituoso, com saques, destruições de construções, queima de canavial, mortes, entre outros acontecimentos.

Já na Insurreição Pernambucana (1645-1654), quando os colonos uniram forças para expulsar os batavos/flamengos do Nordeste açucareiro, aconteceu em

fins de abril de 1646, no distrito de Tejucapapo, um fato memorável. As mulheres, vendo em situação de perigo seus maridos e filhos, acudiram em defesa destes lutando bravamente. Os holandeses estavam cercados e famintos na Ilha de Itamaracá, na fortaleza que construíram em 1630, na entrada do Canal de Santa Cruz – O Forte Orange. Doentes com o escorbuto, mazela causada pela falta de vitamina C no organismo, decidiram eles atacar Tejucupapo a fim de conseguir alimentos (peixes, mandiocas e caju). Não imaginavam o que os aguardava:

Assim que o inimigo desembarcou, marchou para a povoação, mas os 30 mancebos que estavam de emboscada mataram-lhe 23 homens. Quis o inimigo vingar seus mortos e avançou para o reduto, mas foi forçado a retirar-se com muitas perdas. Tornaram a fazer outro avanço, quando entraram em cena as mulheres, acudindo com pólvora e balas para ajudar os maridos. Vendo-se reprimidos duas vezes, o inimigo juntou sua gente para nova investida; porém acudiram as mulheres e com dardos e lanças, lhes impediram a entrada, fazendo-os desistir da empresa, fugindo para o porto onde embarcaram com muita pressa, deixando armas e petrechos que haviam levado para arrancar mandioca (SILVA; RODRIGUES; 1972, p. 88).

Com a expulsão definitiva, após a vitória luso-brasileira no Monte das Tabocas em janeiro de 1654, a freguesia voltou a se expandir em construções e canaviais. Um dos líderes da Insurreição Pernambucana, André Vidal de Negreiros compra o Engenho Novo de Santo Antônio e nele reside. Por sua vez, a separação entre as classes sociais se fazia sentir nas Igrejas que eram erguidas. Na sede do município, temos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos (1661) e a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1596). Ainda teremos a de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos (1681). Sobre esta segregação racial, Manoel Correia de Andrade nos diz que:

**A separação entre classes sociais era muito grande**, de vez que havia na vila uma igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, uma de Nossa do Amparo dos Pardos livres e a de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos cativos. **Além da segregação entre brancos e homens de cor, segregava-se também os pretos dos pardos e dentre esses, os pardos livres e cativos** (ANDRADE, 1999, p. 102 – Grifo nosso).

Com a crescente população branca, os homens ‘bons’ edificaram uma nova e maior igreja em 1661 (SILVA, 2008, p. 33-34), a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, deixando a primitiva para os negros. Sobre a população da cidade, Maria de Jesus Santana Silva nos oferece uma interessante informação:

Em 1872, foi realizado um recenseamento no Brasil. Nele, consta que **Goiana contava com 14.134 residentes, composto por 12.574 livres e 1560 escravos. Quanto às etnias, observa-se um acentuado predomínio de pardos (7.320), seguidos por brancos (4.108), pretos (2.662) e caboclos (44). Observa-se também, um elevado número de**

**lavradores (3.994), costureiras (954), comerciantes, guarda-livros e caixeiros (431) e artistas (374)** (SILVA, 2008, p. 25 – Grifo nosso).

Percebemos que na segunda metade do século XIX, para uma cidade do seu porte, Goyanna possuía um número pequeno de escravos (1.560). A mistura de culturas do início dos brasis segue forte; era uma localidade predominantemente parda, pois, mais da metade da sua população aí se enquadrava (7.320). A mestiçagem de brancos com índios parece estar chegando ao fim (44 pessoas). Sobre mestiços, Carlos Rodrigues Brandão (1983), escreveu o livro “Os Caipiras de São Paulo”, onde trata os mestiços, classificando-os de ‘pretensos brancos’, mas que “não possuem escravos e são eles próprios que plantam e colhem vivendo geralmente, em grande penúria” (p. 22). A maior parcela dos habitantes da Goiana nesses tempos são homens livres e sem prestígio social. E sobre essa situação, Brandão ainda nos diz que “há um momento em que os escravos estão mortos ou livres e passam de negros, segundo suas nações de origem, a pretos com quem outros pobres e subalternos dividem o cotidiano” (1983, p. 23).

Embora com a elevação de cidade no dia 05 de maio de 1840, temos uma agricultura forte sendo a principal ocupação daqueles que não nasceram em famílias nobiliárquicas (quase quatro mil pessoas); as costureiras em um número significativo, também refletem as mães das classes populares que eram as provedoras de seus lares e não podiam e/ou deveriam trabalhar sem manchar mais a sua reputação. Elas trabalhavam em casa pois na época, a moral social via as fábricas “como antro da perdição, bordel, ou lupanar, enquanto a trabalhadora é vista como uma figura totalmente passiva e indefesa” (RAGO, 2012, p. 587). Margareth Rago (2012, p. 581), formula que foi muito comum em todo o país que as mulheres trabalhassem como costureiras para complementar o orçamento doméstico e foi justamente o que aconteceu em Goiana, pois muitas trabalhavam para a FITEG (Fábrica de Tecidos de Goiana) ou para as alfaiatarias. “Para Goiana, descia quase todo o algodão produzido no sertão paraibano e de grande parte do agreste pernambucano” (MACHADO, 1990, p. 102). As lojas de tecidos da antiga Rua do Meio (hoje, 15 de novembro), exclusiva no comércio de tecidos, faz-nos pensar na grande quantidade de mulheres que não viviam na tutela de uma figura masculina, e que alcançaram sua independência financeira por meio de trabalhos mecânicos.

Parece que a Maçonaria também esteve ligada ao processo de desenvolvimento industrial da cidade, pois, verificamos o nome de Manoel Aurélio Tavares de Gouveia como um dos sócios fundadores da Companhia Industrial Fiação e Tecidos de Goyanna em 1894, junto com Joaquim Pereira Marques e José Ignácio da Cunha Rabelo. Assim, a indústria de tecidos edificada por uma construtora inglesa radicada no Recife (Herdeiros Browman), cujo engenheiro responsável pela obra fora Augustus Clark, deu novo desenvolvimento e rumos para a urbanização.

Aproveitando uma quantidade razoável de rústicos teares familiares, aqui existentes desde meados do século XIX, os pioneiros na região decidiram investir em uma indústria mecanizada, surgindo, pois, este prodigioso negócio, que além dos sócios como diretores, possuía essa atribuição o senhor Manoel Antônio Pereira Borba, posteriormente governador de Pernambuco no começo do século XX. A FITEG funcionou até meados da década de 50 do século XX.

Contadores (guarda-livros) mostram que tributos e fiscos eram tratados com seriedade, sendo atribuição destes ainda de registrar testamentos, regularizar escrituras, entre outras atribuições. Caixeiros (viajantes), eram homens que se dedicavam ao comércio ambulante, peregrinando entre os engenhos e povoados, vendendo suas variadas mercadorias. E os 374 artistas que a citação foca, são artífices: pedreiros, marceneiros, funileiros, entre outros.

Em 1681, a Irmandade de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos Livres edificou seu templo. Este foi reformado em 1870 perdendo o corredor lateral direito. O Barão de Bujari, o senhor Antônio Francisco Pereira nela foi sepultado. A imagem da padroeira foi um presente da princesa Isabel, por ter Goiana se antecipado à Lei Áurea (13/05/1888), libertando seus escravos em 25 de março daquele ano. Ora, João Alfredo Correia de Oliveira era ministro do império e seus pais eram senhores de engenhos em Goiana. O movimento libertário foi ganhando maiores proporções e conjecturamos a ideia de que o próprio João Alfredo pode ter colaborado para a libertação dos cativos nesta cidade pudesse acontecer meses antes da Lei Imperial 3.353.

Por outro lado, visando alcançar o status de vila, os residentes na freguesia foram em busca da Ordem de Nossa Senhora do Carmo que instalou sua Igreja e

Convento num terreno doado pelo capitão-mor Felipe Cavalcanti de Albuquerque em 10 de novembro de 1666. Contudo, o Convento de Santo Alberto e a igreja em taipa, fundados pelo frei Sebastião dos Anjos tiveram suas obras de alvenaria iniciadas em 28 de dezembro de 1679 com o patrocínio do comandante André Vidal de Negreiros, pelo Prior frei Marcos de Santa Maria.

O cruzeiro do Carmo todo em pedra lavrada, que é uma admirável obra de arte foi construído em 1717 em louvor da Virgem do Carmo. Esse monumento de arquitetura sacra, único na América do Sul, tem sido visitado por turistas que chegam a Pernambuco (PINTO, 1968, p. 13).

Em 1711, aconteceram em Goiana confrontos da Guerra dos Mascates, triunfando os "pés-de-chumbo". Teobaldo Machado (1990, p. 22) relata que “durante a Guerra dos Mascates, entre os nobres olindenses e os ‘burgueses’ portugueses, algumas batalhas foram travadas no perímetro urbano da vila, dela participando os goianeses”. Daí já percebemos uma Goiana mestiça, pois fora grande o número daqueles que lutaram contra os privilégios de que gozavam os portugueses. Goiana, rivalizando na importância com Itamaracá ganha o título de sede da Capitania e em consequência tem a transferência do Hospital e da Santa Casa de Misericórdia para si. O início das obras aconteceu em 1722 e a conclusão da igreja em 1726. O hospital foi entregue em 1759.

As mãos do mártir padre Pedro de Souza Tenório<sup>1</sup>, revolucionário de 1817, foram sepultadas na igreja de Nossa Senhora dos Milagres, aqui conhecida como igreja da Misericórdia, após passar um bom tempo expostas em praça pública. O sepultamento de suas mãos foi realizado sem as cerimônias religiosas de costume pois ele cometeu o crime de insubordinação ao rei, neste caso, a rainha, Dona Maria I, que foi considerada insana e seu filho Dom João, governava como príncipe regente.

No final do século XVIII, é suprimida a Capitania de Itamaracá e Goiana é incorporada ao território de Pernambuco. Em 1807, a Irmandade de Nossa Senhora

---

<sup>1</sup> quando da execução do padre Pedro de Souza Tenório, em 1817, cujo corpo foi mutilado pela sanha dos sicários do rei, as suas mãos vieram como troféu para Goiana, considerada como foco de rebeldia, e aqui ficaram expostas, pregadas em um poste, no Pátio do Carmo, durante seis meses, para depois serem enterradas na capela-mor da igreja da Misericórdia, onde permanecem até hoje, sem uma lápide que assinala o fato. De sua cabeça, também decepada como a de Tiradentes, sabe-se apenas que foi exposta em Itamaracá, onde era vigário colado, para escarmento popular, e o resto do corpo arrastado em cauda de cavalo pelas ruas da então Vila do Recife e enterradas em vala comum no cemitério da matriz de Santo Antônio, conforme sentença assinada pelo famigerado Luiz do Rego – governador de Pernambuco naqueles dias tenebrosos de nossa história (NASCIMENTO, 1996, p. 69).

da Conceição dos Homens Pardos Cativos saiu de um dos altares laterais da igreja dos Homens Pretos e edificou seu templo. Na segunda metade do século XIX (1859) a igreja do Bom Jesus dos Martírios dos Pobres, já estava em ruínas. Em seu lugar no século XX (1930) foi entregue a população local o hoje existente Hospital Regional Belarmino Correia.

Goiana teve a primazia de ser propagadora/difusora das ideias iluministas. O botânico e carmelita frei Arruda Câmara foi o fundador do Areópago de Itambé (1800), primeiro núcleo maçônico do Brasil, responsável pela Revolução Pernambucana de 1817.

Manuel de Arruda Câmara nasceu em Pombal, na Paraíba, em 1752. Entrou no Convento dos Carmelitas Calçados de Goiana, em 1783, e depois foi para Coimbra, de onde o expulsaram por ser liberal demais. Seguiu para Montpellier, na França, onde estudou Medicina e Ciências Naturais e em 1792 ou 1793 voltou para o Brasil. Dizem que fundou um centro de divulgação dos ideais patrióticos com sede em Goiana, na raia entre as províncias de Pernambuco e da Paraíba. Seria o Areópago de Itambé, onde teria nascido a Conspiração dos Suassunas em 1801. Ele morreu em 1811, depois de fundar o Jardim Botânico de Olinda (OLIVEIRA, 2014, p. 70).

As ideias de igualdade e fraternidade entre todos foi eclodida na prematura Revolução de 1817. Infelizmente, Arruda Câmara morreu antes de ver a República dos Padres. Em 1817, de março a maio, Pernambuco junto com as províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte se libertaram por 74 dias do domínio português e tornaram-se um país independente. Dentre os nomes que se destacaram citamos o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, José de Barros Lima, Pedro da Silva Pedroso, Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa, José Luís de Mendonça, Domingos José Martins, Antônio Gonçalves da Cruz Cabugá, Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca (Frei Caneca), Coronel Francisco de Paula, Padre Pedro de Souza Tenório, Miguel Joaquim D'Almeida Castro (Padre Miguelinho), José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (Padre Roma), João de Souto Maior, Padre Antônio de Souto Maior e João Roberto da Cunha Souto Maior. "O número de clérigos envolvidos com o movimento de 1817 - Sessenta padres e dez frades" (2014, p. 97).

As forças do Príncipe Regente enviadas do Rio de Janeiro por terra e por mar fizeram um cerco fechado fazendo com que o governo provisório se dissolvesse seguindo cada um, caminhos diferentes tendo por meta salvar cada um as suas vidas. O padre João Ribeiro suicidou-se na altura do atual município de Paulista. Outros mortos e outros enviados a prisão na Bahia (Cadeia da Redenção), neste



caso, foram embarcados na Corveta Mercúrio os irmãos Souto Maior e o Frei Caneca. Interessante é que a bandeira do nosso Estado é a da Revolução de 1817: Nas cores azul e branco (Nossa Senhora da Conceição), com o sol, o arco-íris e uma estrela e uma cruz vermelha. A diferença do desenho original eram as três estrelas representando Pernambuco, Rio Grande e Paraíba.

Em 1821 com a Revolta Constitucionalista do Porto, Dom João se vê obrigado a retornar à Lisboa com a Corte Portuguesa. Vai, mas deixa no Rio de Janeiro seu filho mais velho, Pedro, já casado com D. Leopoldina como príncipe regente. Os portugueses eram desejosos de que o Brasil voltasse a velha condição de colônia e perdesse as conquistas que viu surgir em suas terras com a vinda da Família Real para cá. Vários acontecimentos desenrolaram-se até que em 07 de setembro de 1822 o então Pedro rompe definitivamente com Portugal e é aclamado como Dom Pedro I, o primeiro imperador do Brasil.

Como nossa primeira constituição foi imposta por nosso monarca, que além de ser o detentor do poder executivo, atribuiu para si por meio da Carta Magna o poder moderador, militantes pernambucanos como Cipriano Barata e Frei Caneca, junto com outras personalidades que defendiam uma sociedade justa e igualitária, pegaram em armas e proclamaram a Confederação do Equador em 1824. Não possuindo homens e apetrechos suficientes para enfrentar as tropas imperiais, Frei Caneca decide abandonar o Recife e tenta reorganizar o movimento no interior.

Procurou então auxílio no Convento da Ordem do Carmo ao qual ele pertencia, existente na Vila de Goiana, onde havia residido e estudado em outrora. Ele mesmo relatou que quando da sua prisão por participação no movimento de 1817, o fora feito neste convento. Josué Fonseca de Sena nos informa que

Segundo seu próprio relato da retirada para o Ceará, encontrou Frei Caneca o convento estranhamente abandonado e as escuras. Subiu ao coro e rezou perante a imagem de Jesus Crucificado, procurando respostas e consolo, naquela situação de dor e perigo. Seguiu depois para Goianinha, onde se reuniu à tropa vinda da Paraíba e, numa jornada de vicissitudes e combates, cruzou o sertão pernambucano e paraibano, chegando finalmente ao Ceará (SENA, 2008, p. 321).

Infelizmente, na Província do Ceará já o aguardava uma grande tropa imperial, a qual ainda tentou combater, mas se rendeu com a esperança de anistia. Esperava ele, acreditamos nós que acontecesse o mesmo que ocorreu em 1817. O cortejo fúnebre seguiu a pé, o conduzindo até a capital pernambucana. Ficou detido

na atual Casa da Cultura, sendo julgado e condenado a morte na forca. A execução foi marcada para o dia 13 de janeiro de 1825 no Forte das Cinco Pontas.

Porém, o carrasco se recusou a realizar o enforcamento. Então sua morte aconteceu por arcabuzamento (fuzilamento) num dos paredões externos onde hoje existe uma placa alusiva ao fato. Sua morte deu mais vida as ideias liberais no Nordeste e em particular em Goiana. Teobaldo Machado afirma que "Os revolucionários de 1817 e 1824 desejavam uma república livre do estigma da escravidão, a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa" (MACHADO, 1990, p. 204).

Baseado em estudos do professor Marcus Carvalho (2012), e em fontes primárias do Arquivo Público de Pernambuco, Eliton Leandro de Oliveira Pereira elaborou sua pesquisa em 2015, sobre o Quilombo de Catucá em Goiana, na primeira metade do século XIX. Para ele, a área de abrangência destes aquilombados se iniciava no subúrbio do Recife e chegava até a região do atual município do Conde, na Paraíba. No seu modo de ver, Catucá serviria como refúgio, vingança e meio de vida.

Identificamos também pessoas anônimas e nominadas que fizeram uso do Catucá como refúgio, no caso de brancos que cometiam crimes e refugiavam-se no meio dos quilombolas, que mesmo na condição de criminoso na sociedade formal, neste caso, enquadravam-se na modalidade de quilombo refúgio, ou seja, faziam uso do quilombo para escapar das punições. Encontramos também pessoas que ao refugiar-se faziam uso do grupo para executar vinganças particulares enquadrando-se no quilombo vingança; e por fim os que faziam da vida no quilombo como meio de vida com roubos nas estradas e ataques a engenhos, o comércio de mercadorias trazidas do mundo formal para o quilombo e a venda de informações seja dos aquilombados para as tropas provinciais, seja das tropas provinciais para os aquilombados, com relação aos quilombolas meio de vida, que outros estudos devem apontar um perfil político-social mais detalhado, mas que também encontramos indícios da relação dos quilombolas com homens brancos que participavam de lutas políticas ideológicas (PEREIRA, 2015, p. 38).

Depois de vários conflitos, conseguiram 'destruir' Catucá no final da década de 30 do século XIX. A prosperidade de nossa Vila era observada e comentada na Província e em todo o Império. Durante o período Regencial, após a abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho e posteriormente com o Golpe da Maioridade sendo o pequeno príncipe aclamado como Dom Pedro II em 1840, neste mesmo ano, por lei provincial de número 86, aos cinco de maio, Goiana foi elevada à categoria de cidade.

Tivemos ainda a participação na Insurreição Praieira, sendo um dos líderes o goianense Joaquim Nunes Machado. Uma rivalidade entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, fez eclodir em Pernambuco nos anos de 1848/1849 tal situação. Os revoltosos faziam parte do Partido Liberal e se reuniam na sede do Jornal "Diário Novo", na Rua da Praia no Recife e o grupo passou a ser intitulado de Partido da Praia, Praieiros. Em 1848, os Conservadores subiram ao poder no Rio de Janeiro, formando um novo gabinete. Em Pernambuco, o presidente Liberal Chichorro da Gama foi destituído e o Conservador mineiro Herculano Ferreira Pena assumiu o cargo.

A resposta do Partido da Praia foi pegar em armas para derrubar o governo. Começava a Revolução Praieira. Um dos filhos de Goiana, o desembargador Joaquim Nunes Machado, chefe liberal, fora morto em um confronto na Rua da Soledade no Recife, em janeiro de 1849. Sobre os confrontos ocorridos em Goiana, Machado (1990, p. 41) destaca o de onze de fevereiro de 1849; os praieiros sob o comando de Pedro Ivo, resistiram as tropas governistas. Por sua vez, Sena salienta que

o comando legalista da cidade era exercido pelo coronel Cipriano José de Almeida que diante das contínuas deserções de soldados, simpáticos à causa revolucionária, entrincheirou-se com os remanescentes da sua guarnição, no Convento do Carmo, abastecendo-o de armas e munições. No renhido combate que se seguiu, os rebeldes, após fazerem explodir barris de pólvora, destruindo parte das paredes do edifício, renderam os defensores e apropriaram-se do arsenal ali existente. Na luta pela tomada de Goiana, ocorreram oito mortes do lado legalista e duas entre os revolucionários (SENA, 2008, p. 322).

Depois de um ano e alguns meses de combate em toda a província, Pedro Ivo e outros líderes praieiros foram presos e a paz Imperial voltou a reinar em Pernambuco. Durante este período, aconteceu também a Fundação das Bandas Musicais Curica (1848) e Saboeira (1849). A primeira agregava membros do Partido Conservador, e a segunda, do Liberal. Em visita ao norte do país, Dom Pedro II e sua esposa D. Teresa Cristina aportaram no Recife na manhã de 22 de novembro de 1859. Em 04 de dezembro o Imperador partiu do Recife com destino à Goiana. No percurso, fez paradas estratégicas e/ou pernitoou: no Engenho do Paulista, Monjope e Igarassu.

Já em terras do município, pernitoou em Itapirema partindo de lá no dia 06/12 molhado pela chuva. Vinha acompanhado de Luiz Barbalho Muniz Fiuza, o

presidente da Província na ocasião, o padre Pinto de Campos, Capitão Melo Rego, Coronel Francisco Joaquim Pereira Lobo, João Alfredo Correia de Oliveira, Francisco Paula Sales, Miguel da Fonseca Soares, e José Ferreira de Aguiar. "Na rua do Amparo, que fica à entrada da cidade, o presidente da Câmara Municipal fez a entrega das chaves da cidade a Pedro II, numa solenidade muito expressiva e que emocionou o monarca" (PINTO, 1968, p. 111).

Presidia a Câmara local o senhor Antônio Francisco Pereira, Barão de Bujary, nome do engenho que lhe pertencia. Por causa de suas rivalidades com o 3º Barão de Goiana, João Joaquim da Cunha Rego Barros, senhor do Engenho Miranda, foram preparadas duas residências para servir de Paço ao imperador: a casa de Câmara e um sobrado, ambos localizados na Rua Direita. De acordo com Octávio Pinto, "O imperador preferiu o sobrado, que também era da preferência do Barão de Goiana" (1968, p. 111). Aqui visitou ruas, igrejas, conventos e escolas primárias femininas e masculinas.

Em seguida, foi ver a situação do tráfego fluvial, bastante precário e difícil para o escoamento da safra de açúcar de cento e tantos engenhos de Goiana, cujo problema era justamente reclamado por todos, sobretudo pelo comércio. A Lei Provincial Nº 09 de 12 de junho de 1835, abria um crédito necessário para a melhoria desse serviço, inclusive reparos na ponte. Posteriormente, outra Lei de 14 de novembro de 1846 autorizava a abertura e escavação do Rio Goiana, trabalhos esses orçados, por um engenheiro, na importância de Cem Contos de Réis. Mas até então nada se tinha feito nesse sentido (PINTO, 1968, p. 115).

Na região hoje conhecida por Baldo do Rio, o monarca ficou cercado de vereadores, comerciantes, políticos, senhores de engenho que clamavam pelo progresso de seu porto fluvial. O Canal foi construído e solenemente inaugurado em 1870 alavancando ainda mais o comércio considerado o segundo maior da Província, perdendo apenas para o Recife. Ainda visitou no povoado de Tejucupapo, o local da batalha em que as mulheres ajudaram na expulsão dos holandeses.

A cidade de Goiana também foi a pioneira na província a abolir a escravidão se antecipando a Lei Áurea. Em março de 1888 os senhores de engenho se reuniram sob a liderança de Irineu Macedo para solenemente declarar que em Goiana não haviam mais cativos. Por conta disso, a princesa Isabel doou a Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos homens pardos a imagem da patrona desta irmandade. Os cidadãos goianenses participaram ativamente da campanha republicana sendo palco de um acalorado comício do tribuno Silva Jardim. Os

políticos e a imprensa local com os jornais republicanos "O Diário de Goiana" e "A Gazeta de Goiana", tinham uma considerável circulação e abrangência. O chefe do Partido local era o senhor Pereira de Lira, proprietário do segundo jornal citado.

A causa republicana estava bem preparada em Goiana, não só pelas atividades do diretório, como pela imprensa. Já no dia 17 de junho, teve lugar no Teatro São Miguel a 3ª conferência promovida pelo centro republicano de Goiana, proferida pelo Dr. Antônio Gomes, diretor de "A Gazeta de Goiana". Também discursou o Dr. Argemiro Aroxa, seguindo-se uma hora de arte a cargo do flautista Gabriel Renepont (PINTO, 1968, 68).

A Loja Maçônica Fraternidade e Progresso teve grande participação local no movimento que ajudou a derrubar a monarquia. Chefiados por Metódio Maranhão, engrossavam o cordão: Amaro Rabelo Filho, Antônio Gomes de Albuquerque, Pereira de Lira, José Lobo, Manuel Evaristo, Caetano Teobaldo, Ângelo Jordão de Vasconcelos, Miguel Tavares da Rocha, Francisco Rafael, Manoel Aurélio Tavares de Gouveia, e muitos outros. "E ao ser proclamada a República, a cidade ficou em festa, havendo sessão solene na Câmara municipal" (PINTO, 1968, p. 151). Mesmo de família monarquista, o médico Belarmino Correia de Oliveira, irmão do ex-ministro do Império (João Alfredo), teve seu nome indicado para ocupar o cargo de prefeito de Goiana.

O asfaltamento das estradas e a construção da BR 101 pôs em declínio o nosso porto fluvial que fechou na década de 70 do século XX. A transformação de alguns engenhos em usinas piorou a situação econômica de Goiana e região. Mesmo essas usinas, Como Ubu e Maravilhas, decretaram falência em fins dos anos 80 e início dos 90 do século passado. Outras economias se estabeleceram, como a Papel Ondulados do Nordeste (KLABIN) e a Fábrica de Cimentos Nassau, pertencente ao Grupo João Santos, que hoje se encontra em situação de crise financeira, reduzindo seus funcionários nesta fábrica e na Usina Santa Teresa, aqui também instalada.

No virar do século XXI, a economia de Goiana ganhou novo vigor com a chegada de novas indústrias como a Hemobrás (2012), a Fábrica de Vidros – Vivix – pertencente ao Grupo Brennand (2014), e a Jeep (Fiat) inaugurada em 2015, além de outras e novas lojas comerciais, que têm impulsionado um direcionamento diferenciado, afastando-nos na monocultura açucareira; tanto que em janeiro de 2018, passou a fazer parte da região metropolitana do Recife, deixando de pertencer a Mata Norte do estado.

## 2.2 Movimentos populares de origem afro em Goiana

Esta pesquisa está centrada no interesse pelos movimentos negros aos quais os discentes da Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu estão inseridos. Tendo um quantitativo atual de 761 alunos matriculados no Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), no Ensino Médio, na III e IV Fase da EJA, e no 1º, 2º e 3º Módulos do Ensino Médio, 52 destes estudantes se identificaram como praticantes de movimentos ligados a africanidades brasileiras em Goiana.

TURNO	Quantidade de Alunos
Manhã	22 estudantes
Tarde	28 estudantes
Noite	02 estudantes

Entre os movimentos estão: as bandas musicais Curica e Saboeira, grupos de Capoeira, as colônias de pescadores do Baldo do Rio e de Atapuz, um terreiro de Umbanda/Candomblé, grupos de Caboclinhos, Pretinhas do Congo, e a comunidade quilombola de São Lourenço. Iniciaremos por movimentos que já foram pesquisados e faremos uso dos escritos sobre eles.

A Banda Curica surgiu a partir da Irmandade dos Homens Pardos Livres de Goiana, fundada por José Conrado de Souza Nunes no dia 08 de setembro de 1848, com a finalidade de tocar em festas religiosas. De acordo com Silva (2015, p. 206), no início, o grupo não possuía nome definido; surgiram então duas interpretações para esta terminologia.

Certo dia, quando o grupo de José Conrado se deslocava do consistório da Igreja do Amparo, local onde a banda foi fundada, para ir tocar na Rua Direita (Avenida Marechal Deodoro da Fonseca), em frente à casa de dona Íria e oferecer-lhe uma garbosa polca, música considerada avançada para aquela época. Parecia não corresponder com a nomeada do autor, e dona Íria, à maneira de todo mortal, arvorou-se em crítica musical, dizendo, alto e em bom som, a uma de suas escravas, que também na ocasião se deliciava com as melodias do grupo musical. Ô Rosa!... Apontando para a banda, disse: aquela música só parece dizer “Curi-ca-cá... Curi-ca-cá”.... isso imitando o tom da polca. Da crítica sumária de dona Íria, veio a “corruptela” CURICA, nome que ainda hoje conserva a banda (SILVA, 2015, p. 207).

Para outros, o nome Curica provém de um pássaro de cor esverdeada, que pertenceria à família dos papagaios e das jandaias. Sendo qual for a origem do nome, o que não se pode negar é a negritude presente na sua fundação, assim como na da Banda Saboeira. Tanto que, em 24 de agosto de 1871, fora noticiado pelos jornais “O Mercantil” (Goiana) e “Jornal do Recife”, um confronto entre os adeptos das duas bandas com “os moleques entusiasmados com vivas à “Curica”, morra a “Saboeira”, e vice-versa, travaram-se de razões e houve cacete a valer, saindo alguns feridos” (SILVA, 2008, p. 98). No livro Crônicas Goianenses, Mário Rodrigues do Nascimento nos relata que:

Não raro, as retretas, ou seja, as apresentações de banda de música, geralmente em praça pública e festejos religiosos onde se exibiam as orquestras acabavam debaixo de correrias e tiros, em decorrência da briga entre grupos e etnias rivais. Inclusive, nas várias disputas ocorridas entre as charangas da cidade, houve homéricas **brigas de rua com a capoeiragem dos negros (mulatos) que, de faca em punho, com rasteiras incríveis, em defesa de sua charanga gritavam “Viva a Curica”** (NASCIMENTO, 1996, p. 149 – Grifo nosso).

No entender de Nascimento, as duas bandas possuíam seus capoeiras, mas a Curica se avantajava por posteriormente se tornar a banda oficial do Partido Conservador. Em 1959, a Curica abriu uma escola de música para atender à comunidade e se encontra em funcionamento até nossos dias, instruindo musicalidade aos nossos munícipes. Em 2005, o Governo de Pernambuco tombou a banda como Patrimônio Vivo de PE.

Há notícia de negros tocadores em Goiana e nos engenhos desde fins do século XVIII, mesmo sem teoria musical. Os instrumentos mais comuns entre eles eram o clarinete, piston, trombone, bombo, pífano, pandeiro, baixo, gaita de fole, requinta, triangulo, ocarina, bandurra, tíbale, entre outros. O comandante militar da Vila Goyanna, no ano de 1796 queria acabar com os batuques dos negros, mas, o governador da província, o senhor Tomaz José de Melo, não permitiu, e assim o responde em ofício datado do dia 10 de novembro daquele ano:

Quanto aos batuques que os negros dos engenhos dessa vila costumam praticar nos dias santos, juntando-se na mesma, não devem ser privados de semelhante função, porque para eles é o maior gosto que podem ter em todos os dias de sua escravidão (SILVA, 2008, p. 97).

As irmandades de São Benedito, Santo Antônio de Cartagerona e de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos promoviam em frente à sua igreja uma festa nomeada de “Congada”, onde se coroavam um rei e uma rainha do Congo, com

folguedos, teatrinho, danças e cantos africanos. Por vezes, essas manifestações eram apedrejadas e os seus participantes se deslocavam para “estrada de cima”, caminho hoje para as cidades de Condado, Itaquitanga e Itambé, onde não eram atrapalhados, julgados ou recriminados. “Muitas famílias católicas não gostavam do tal brinquedo. Certa vez, numa festa de São Benedito puseram em cena o inocente brinquedo. Boa parte do povo ali presente não gostou. Reagiu aos gritos e pedradas dissolvendo o teatro dos escravos” (NASCIMENTO, 1996, p. 47). Mais, será que eram somente escravos que participavam dessa encenação? Será que mestiços livres e pobres não faziam parte da Congada?

Diferente da Curica, a Saboeira, em sua história, não sobreviveu ao nome do seu fundador. É a segunda banda mais antiga de Pernambuco (25 de novembro de 1849). Em fins do século XIX e início do XX passou por um processo de decadência, sendo que, em 1908, um de seus associados, José Pinto de Abreu, criou a Sociedade 12 de outubro, mantenedora da banda até hoje. Em 1939, uma nova sede foi construída, “com a ajuda de diretores, associados, do então interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães e do ex-governador Barbosa Lima Sobrinho, entre outros” (SILVA, 2015, p. 205). Quanto a origem do seu nome, também temos duas versões:

A primeira diz que, como no início da banda não tinha fardamento próprio, os músicos tinham que lavar sua melhor roupa para se apresentar e por isso os adversários os chamavam de “saboeiros”, referindo-se ao sabão com que lavavam as roupas. A segunda versão, talvez a mais aceitável, seria por causa da existência de um saboeiro (árvore cujo fruto friccionado produz espuma) junto à primeira sede da banda, surgindo então a corruptela Saboeira, nome pelo qual ficou conhecida (SILVA, 2015, p. 204).

As Pretinhas de Congo possuem dois grupos no município: um, mais antigo, na cidade, na região do Baldo do Rio, e a outra na Praia de Carne de Vaca. Estudados pelo professor Severino Vicente da Silva, essas agremiações ganharam uma publicação intitulada “Uma Nação Africana na Jurema da Mata Norte: Pretinhas do Congo de Goiana” (2011). O fundador deste grupo seria um tal de ‘Manuel de Miguel’, antes do ano de 1935, e que segundo Silva (2011, p. 41), foi “um operário da Indústria Fiação e Tecidos de Goyana, que conhecia Antônio Manuel dos Santos, com quem mantinha amizade e confiança tais que, em situação adversa, lhe entregou a brincadeira que havia criado, com todos os apetrechos”.



Por motivos desconhecidos, Manuel de Miguel entregou a responsabilidade do grupo à Antônio Manuel, conhecido como Pirixiu e desapareceu da cidade. Severino Vicente (2011) como Maria de Jesus (2008; 2015) fazem referência as negras celebrações da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que “ainda hoje quando as Pretinhas do Congo saem para apresentação, a passagem no pátio da igreja é obrigatória” (p. 42). Os livros da paróquia, bem como nos jornais da Goiana de outrora não fazem menção às Pretinhas. Analisando as representações contidas no estandarte daqueles(as) que se dizem provenientes do Congo, Silva (2011) percebe que

A principal representação ali posta é a do trabalho. O simbolismo exposto na bandeira da Pretinha do Congo refere-se basicamente ao mundo do trabalho e do trabalhador: há a representação de dois homens negros, um com a corrente que o prendia rompida, portanto, livre, e outro representado sem qualquer corrente, mas com um instrumento de trabalho, uma enxada nas mãos. Entre esses dois personagens, uma jovem mulher negra com um maracá, talvez para acompanhar uma canção, uma toada ou para marcar o ritmo de alguma dança. **A predominância dos símbolos do trabalho chama atenção. Na bandeira, não aparecem temas religiosos. Naquela bandeira não está a afirmação de qualquer realeza ou aristocracia** (SILVA, 2011, p. 42 – Grifo nosso).

Este autor, por esta situação, traça a ideologia de que os atuais reis presentes no cortejo, devam ter sido inseridos num contexto mais recente, talvez a imitar o Maracatu de Baque Solto. As tribos africanas possuíam reis, rainhas, príncipes ou princesas. É por essa razão que deduzimos que tais personagens foram copiados do Maracatu ou da Congada, manifestações de origem negra e que ilustram em suas apresentações reis/rainhas. Talvez, tenha ficado tais características da realeza negra no inconsciente coletivo, pois, não devemos esquecer que até pouco tempo atrás, todos os anos, no segundo domingo de novembro, em frente a Igreja dos Pretos, acontecia a coroação de um rei e rainha do Congo (Congada), na festa da Irmandade de São Benedito. Os regentes da irmandade também tinham que necessariamente ser descendentes do Império do Congo, região correspondente ao sudoeste africano e que atualmente diz respeito a Angola, Congo e Gabão.

Com o patrocínio de pessoas da comunidade, Pirixiu, deu continuidade à brincadeira, ao mesmo tempo em que trabalhava na carga e descarga de embarcações no porto de Goiana. A alcunha Pirixiu do senhor Antônio, provinha então do piche preto, utilizado na manutenção e construção dos barcos que trabalhava. Dona Carminha (Maria do Carmo Monteiro), filha de Pirixiu e

responsável pela extensão do grupo para Carne de Vaca, informou que seu pai “manteve o desfile até sua morte, possivelmente em 1970” (p. 47). Dona Carminha recorda que o desfile no seu tempo era diferente do de agora pois “não tinha ligação com Xangô e nem mesmo havia o desfile com escravos, enxada, baianas e essas coisas” (p. 47). Ela salienta que a saia era vermelha, blusa preta e meias e sapatos brancos. O rosto pintado de preto, batom vermelho ou preto. O cortejo formado por rei, rainha, secretário e os tocadores enfileirados em dois cordões.

De Pirrixu, coube no início da década de 70 do século anterior à tarefa de conduzir o reinado do Congo a Lenildo Ramos da Silva, conhecido como Heleno, tendo por volta de 25 anos de idade. Iniciado na Jurema e no Candomblé, depois de uma viagem a Salvador (BA), Heleno retorna com poderes de babalorixá e todos os moradores e brincantes mais antigos confirmam que desde pequeno, ‘Pai Heleno’ tinha dons e comunicava-se com espíritos e que “Heleno focou famoso trabalhando ao dar assistência religiosa aos filhos da umbanda, da Jurema e do Candomblé, como agora se usa ao referir-se aos cultos de Xangô” (2011, p. 53).

Várias Yalorixás da cidade passaram pelo Terreiro de Heleno, como é o caso de Elvira Galdino Monteiro (Mãe-Elvira) e Jucedite Ribeiro dos Santos. Heleno teria sido o responsável por inserir novos componentes no cortejo “introduzindo valores religiosos no desfile” (p. 56). Com o apoio financeiro de políticos locais, novos figurinos e personalidades surgiram no cortejo, tanto que em 1978, carros alegóricos abrilhantaram e engrandeceram mais ainda o desfile. Com a morte de Heleno em 1992, seu irmão, o pescador conhecido como Mestre Val, deu seguimento de maneira mais simplória ao brinquedo. Naquela região, onde se encontra a sede do Congado existe a Colônia de Pescadores Z14, que agrega pescadores artesanais. “A pesca sempre foi garantia de sobrevivência dos mais pobres e ainda hoje, mantém uma boa oferta de peixes e crustáceos tirados do mangue formado no encontro do Rio Goiana com o Oceano Atlântico” (2011, p. 49).

Mestre Val, também praticante da religião de matriz africana, hoje está com idade avançada e seus filhos/parentes o auxiliam, se destacando sua filha Rosa, e os dois “têm um entendimento de que o desfile da Pretinhas do Congo tem uma função social, educacional” (p. 64). Sendo pessoas que não tiveram acesso aos estudos, eles influenciam seus brincantes a estudarem e tem a conscientização de

propagar que as pretinhas resistem “sob as bênçãos da Jurema Sagrada” (p. 65). A FUNDARPE, por meio do FUNCULTURA, no ano de 2008, aprovou o projeto de lei nº 1058, que passou a conceder verba do Tesouro Estadual para sua manutenção.



O quadro acima, demonstra o legado afro-brasileiro que esteve e está nesta sociedade desde o século XIX: Malunguinho está presente na história e na religião (Umbanda); as Pretinhas do Congo são uma nação africana na antiga região portuária de Goiana; as bandas Curica e Saboeira com seus instrumentos e metais perpetuam musicalidade; os Caboclinhos, pela miscigenação, tiveram influência afro e dão título a cultura da cidade; os pescadores buscam seu sustento no rio e no mar, mas, em momentos de divertimento se entregam a ginga da capoeira, ao balanço do coco, e na circularidade da ciranda; também a igreja dos pretos com seus santos de orago, sobretudo São Benedito, estão no imaginário do goianense.

As religiões afro em nosso país carecem de fontes escritas. Rio de Janeiro e Salvador, são as cidades brasileiras em que encontramos a terminologia ‘Terreiro’ para designar as Casas de culto destes seguidores, isto em meados do século XIX. No Recife, temos notícia do Terreiro de Pai Francisco no bairro da Madalena em 1880. Costa e Gomes (2016), estudando este caso, dirá que

os terreiros de candomblé de caboclo ou jurema sagrada foram descritos como toscos e simples, comumente de paredes de taipa e cobertos com palha, semelhantes aos mocambos ou cabanas. Os rituais eram realizados com preces e ladainhas, evocações de cantos litúrgicos católicos, isto é, pontos cantados. De modo geral, tais cânticos eram em língua portuguesa, com palavras jejes, nagôs e principalmente bantas. Segundo Valente, algumas vezes surgiam palavras desconhecidas dos falares africanos. A presença de elementos católicos, por seu turno, foi pertinente para escaparem das pressões policiais sob os cultos africanos. Talvez seja por isso que os rituais na casa de Pai Francisco começavam com benditos, credos e ladainhas, venerando-se a imagem de Jesus crucificado (COSTA; GOMES, 2016, p. 198).

Em todo Brasil, o sincretismo foi o trunfo utilizado no princípio para que tais locais fossem minimamente respeitados, até porque, o código penal brasileiro de 1890 punia com prisão as práticas ritualísticas africanizadas. Mesmo assim, em 1934, Gilberto Freyre organiza junto aos Terreiros do Recife o 1º Congresso Afro-Brasileiro e em 1937, é publicado por Gonçalves Fernandes o livro “Xangô do Nordeste”, recorrendo sobre os babalorixás e Yalorixás e suas práticas nessa região.

Na historiografia de Goiana não temos nomes que sobreviveram. Atualmente, temos 11 Casas que se dedicam aos cultos das religiões afro, entre elas destacamos algumas: Ilé Asé Ogun Beira-Mar, Ilé Asé Oyá Onira, Tenda Espírita e Terreiro de Nação Iansã, Ilé Asé Ogun Tuperinã, e a mais antiga em funcionamento é a Tenda de Umbanda São Jorge/Ogun Naruê, constituída em 23 de abril de 1960 pela Yalorixá Antônia Justino da Silva (Mãe Tôta). Em sua pesquisa de mestrado, Rozalves Rafael Nascimento de Lira (2017) expõe sua opinião sobre os Catimbós de Goiana:

No cenário afro-religioso goianense do passado colonial até meados do início da república, prevaleceram as práticas individuais de negros sacerdotes e pequenos núcleos religiosos sincréticos que mesclavam elementos religiosos ameríndios, africanos e católicos, chamados catimbós, e que por volta de fins do século XIX e princípio do XX começaram a admitir também a influência do espiritismo de origem europeia, de certa forma, assemelhando-se ao atual culto da jurema (LIRA, 2017, p. 87-88).

Assim, os frequentadores e/ou visitantes destes cultos, percebem em seus cerimoniais elementos de proveniência indígena, africana, católica e mais recente, de orientação Kardecista. Os Xangôs de Goiana estão distribuídos no centro e na periferia da cidade e se conclamam como seguidores de Candomblé Nagô e Ketu, praticam rituais de Jurema e da Umbanda. Por Umbanda, entenda-se por um conceito religioso que mescla etnias bantos, sobretudo as angolas e congos. Duas

Casas destes rituais se localizam muito próximas do local da nossa escola: São a casa de Mãe-Tôta, já explanada por nós, localizada na Rua do Bom Jesus (Comunidade do Tôco) e a outra está no bairro do Bom Tempo, assentada no começo dos anos 90, com o babalorixá Pai-Zé Carlos e “a casa é praticante do culto aos Orixás no formato de Candomblé Ketu, da Jurema Sagrada e da Umbanda” (2017, p. 101).

Em 2015, os religiosos afro brasileiros de nosso município criaram a Associação União dos Terreiros de Goiana, com o objetivo principal de realizar atividades educativas e organizar anualmente a Caminhada do Povo de Terreiro. No seu primeiro ano, O terreiro de Mãe Tôta foi o homenageado. Em sua 4ª edição (2018), a caminhada contou com um grande número de adeptos das religiões afros de várias cidades do estado de Pernambuco. Com mais de 18 Km de litoral, Goiana se destaca nas festividades de Yemanjá, quando seus presentes (a panela) são ofertados no mar. Vários terreiros por conta da tradicionalidade dos sincretismos, fazem parada em frente a Igreja da Conceição e entoam o seguinte ponto (cântico): “Ô virgem da Conceição/ vós quereis nos ajudar/ livrai-nos dos inimigos/ ô minha mãe Iemanjá”. Dos Orixás mais cultuados em Goiana destacam-se Exu, Ogum, Odé, Obaluaiê, Nanã, Xango, Oxum, Iansã, Ibeji, Iemanjá e Orixalá. Na Jurema temos vários pretos(as)-Velhos(as), caboclos, ciganos, pombagiras, mestres e mestras. De janeiro a dezembro, as casas têm atividades públicas e privadas.

Goiana é tida como “Terra dos Caboclinhos”, manifestação cultural surgida em fins do século XIX. “A agremiação é composta por homens e mulheres trajando vistosos cocares, saias, adereços nos braços, tornozelos e colares. Tudo de penas de avestruz e pavão” (MILLER, 2010, p.140). Em 2004, foi criado no âmbito municipal o dia do caboclinho, em homenagem ao grupo Caetés, o segundo mais antigo de Pernambuco, criado em 1904. Assim, sustentamos esta titulação por causa de uma Assembleia organizada pelos holandeses no século XVII, na aldeia Itapecirica, em que reuniram as tribos da região, com o intuito de obter apoio e poder resistir a sua expulsão do Nordeste açucareiro, coisa que ocorreu em 1654. A tribo Canidé do Recife é o grupo mais antigo de Pernambuco, tendo sido fundado em 1897. Em Goiana, contabilizamos a existência de dez (10) grupos de caboclinhos, a saber: Caetés, fundado em 1904; Canidé de Goyana, criado em 1971; Índio Tabajara, de 1975; Tupinambá, em 1989; União Sete Flechas de Goiana, de 1991;

Tapuia Canidé de Goiana, de 2002; Carijó, em 2007; Itaquara, de 2008; Potiguares, de 2008 e o Caripós, em 2009.

Puxam os cordões o guia e o contra guia, que se posicionam depois do estandarte. Curumins, caciques, pajés, guerreiros, caçadores e demais membros compõem as fileiras. Severino Vicente da Silva (2011), salienta que até a década de 1940, mulheres não participavam, com exclusiva exceção da esposa do cacique, a mãe da tribo, única figura feminina até então. O barulho da seta contra o arco marca os passos que ao som de apitos, tarol, surdo, caraxás e pífanos fazem com que os integrantes realizem suas coreografias. Em Goiana, a terça-feira de carnaval é exclusiva para o 'Encontro de Caboclinhos', que agrega agremiações de todo o Pernambuco, mas, que vêm eventualmente sofrendo decadência decorrente da falta de interesse do poder público.

Para Munanga (2012, p. 98), capoeira é um “jogo atlético afro-brasileiro cuja etimologia é controversa; para alguns capoeira vem de kapwila, que no umbundo significa espancar, bofetear, tabefe”. Marina de Mello e Souza (2014, p. 131) aponta a capoeira como “uma luta dançada, na qual dois antagonistas dão golpes de pernas e cabeças, usando as mãos como apoio, saltando para um lado e outro, mostrando grande habilidade e força física”. Pereira (2007, p. 55), compreende a capoeira, assim como todas as outras africanidades, é tecida por valores, que primam a “importância da circularidade, da corporeidade, da musicalidade, da ludicidade, da cooperatividade, do princípio do Axé (força vital) e da oralidade”.

A capoeira enquanto luta ou dança está presente hoje em mais de 150 países, ajudando financeiramente muitos brasileiros que moram no exterior e ganhando fama equivalente ao samba e o carnaval, que são as manifestações culturais negra com que os turistas se identificam. Praticada na atualidade por membros de todas as classes sociais, no período anterior ao ano de 1920, os jogadores da capoeira eram severamente punidos e reprimidos. Passou a ganhar espaço na década de 30 do século passado, gerando duas correntes ou escolas de capoeira: a Regional, que defende o seu surgimento aqui no Brasil, e a Angola, que atesta sua origem na África.

Os elementos africanos da capoeira são evidentes: os instrumentos musicais (tambor e berimbau), a formação em roda, a ginga, os ritmos, muitas das letras dos pontos cantados, os passos da dança. **Mas enquanto**

**alguns defendem que foi apenas no Brasil que esses elementos se combinaram, resultando numa manifestação cultural nova, formada de contribuições de várias etnias - vertente Regional -, outros dizem que ela já existia na região de Angola, de forma muito parecida com a nossa - vertente Angola – (SOUZA, 2014, p. 131 – Grifo nosso).**

Essa dualidade traz a ideia de que existem aqueles que acreditam na originalidade da capoeira como exclusivamente brasileira; estes seriam os Capoeiristas Regionais, que tem como ícone o Mestre Bimba, que também inseriu golpes de outras artes marciais neste tipo de capoeira. E, temos os Capoeiristas Angola, seguidores da doutrina do Mestre Pastinha, que inaugurou sua academia na cidade de Salvador em 1935. Pastinha admite que aprendeu a capoeira por meio de um escravo angolano chamado Benedito, que dizia que em sua terra natal havia a dança denominada de ngolo, muito semelhante à nossa capoeira. Sobre essa questão, Regiane Augusto de Mattos diz que “entre os povos do antigo reino do Congo existia uma dança de guerra semelhante à capoeira, podendo ser um ponto de partida para a comprovação de suas raízes africanas” (2012, p. 184-185). Ainda sobre a Capoeira, Laura Olivieri Carneiro de Souza, em sua obra “Quilombos: Identidade e História” dá sua colaboração:

A capoeira é um jogo de corpo, luta que se esquia em ginga e dança ritmada pelo referencial simbólico afro-brasileiro. Utilizam-se atabaques, pandeiros, agogôs e berimbaus, instrumentos sonoros de uma corda feitos com madeira de bimbaba, cabaça e um arame apertado. Tocado com um bordão ou pedra e vareta, convoca os deuses e as funções protetoras do panteão africano, evoca Deus (SOUZA, 2012, p. 78).

Tendo surgido aqui ou na África, o importante é ter a consciência de que a capoeira é um modo de vida edificante, no que diz respeito a saúde do corpo e do espírito, bem como conduz os seus praticantes em uma educação moral, disciplinar e social. Na nossa cidade, temos vários grupos de capoeira que ocupam escolas, praças e associações. Surgidos por aqui em 1990, encontramos entre eles os dois tipos de capoeira, que ainda sofrem preconceitos, sobretudo pela classe evangélica. “A Capoeira na perspectiva de mudança, principalmente ao ser classificada como dança/jogo, promove na pessoa a afetividade, a confiança, a autoestima e a coragem desafiadora” (KEIM; SILVA, 2012, p. 91).

A palavra Catucá em tupi significa ‘bastante mato’. E foi nas matas entre Recife, Goiana e Macaparana, que no princípio do século XIX surgiu o Quilombo de Catucá. Antes de adentrarmos especificamente nas raízes de Catucá, atentemos para os variados significados que o termo quilombo pode representar:

As definições de quilombo de que partimos aqui derivam de um triplo registro: a) quilombo histórico, lugar de memória da resistência negra. Um fenômeno histórico específico que se estruturava no seio do sistema colonial escravista e o combatia; b) como referência simbólica e conteúdo político (sobretudo a partir do Quilombismo Abdias do Nascimento) para o movimento negro e c) quilombo de direito, conforme o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 em que documentos, sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, atestam sua existência histórica e legitimidade jurídica e de pertença cultural remanescente (SOUZA, 2012, p. 63).

O quilombo brasileiro mais estudado foi o de Palmares, liderado por Ganga Zumba e Zumbi, que foi destruído em 1694, depois de sucessivas investidas do governo português, e mesmo assim, sabemos pouco sobre ele. Catucá foi em primazia pesquisado pelo professor Marcus Carvalho, que expôs as preliminares conjecturas sobre os malunginhos e que se enquadram nas três instâncias de que fala Souza (2012) e conforme veremos adiante.

Este termo, malunginho, é muito conhecido na região da Zona da Mata pernambucana pois é como são denominadas as fuligens da queima da cana. Pois bem, o termo sobreviveu e assim era comparado pela facilidade dos negros aquilombados de se espalharem, agirem e adentrarem nos lugares sem serem percebidos. A formação deste quilombo, na versão de Carvalho (2012) está estritamente ligada com as revoltas e movimentos do início dos oitocentos (1817, 1821 e 1824), onde a “divisão das elites naquelas crises levou a uma desorganização dos aparelhos repressivos, facilitando a fuga dos escravos e a formação de quilombos na província” (CARVALHO, 2012, p. 469).

Por malungos, ou companheiros, se tratavam mutuamente aquelas pessoas que vieram ao Brasil no mesmo navio negreiro. Os dois viajantes Koster e Tollenare indicaram, em meados da década de 1810, que esse era um liame informal muito significativo entre os escravos de origem africana no Brasil. **O curioso é observar que, apesar das inúmeras diligências contra o quilombo, não há informações concretas da fuga, captura ou morte do negro malunginho propriamente dito. Tudo o que sabemos é que ele foi caçado impiedosamente, e sua cabeça posta a prêmio em janeiro de 1827** (CARVALHO, 2012, p. 473 – Grifo nosso).

Isso porque não existia um quilombo, mas sim vários, espalhados nas matas da região que já frisamos, e malunginho era o título atribuído ao líderes destes bandos, que até agora, devido às pesquisas não estarem (e nunca estarão) conclusas temos alguns nomes: Valentim, Manuel Gabão, João Batista, João Pataca, João Bamba, Manuel Galo, José Brabo, Antônio Cabundá, entre outros. É por essa razão que “os documentos de uma expedição punitiva em 1829 mencionam



explicitamente o nome de cinco supostos líderes do Catucá; todos tinham nomes próprios, e entre eles não consta o nome de malunguinho” (2012, p. 473). Vários combates contra os malungos foram realizados em todo o território goianense e o governo da província “acreditava ter eliminado os quilombolas mais próximos da vila de Goiana” (p. 474). As ações por vezes não davam certo como propõe Pereira (2015):

Índios, pretos e mestiços, como trata a música “Etnia” de Chico Science (1996), era cúmplice em muitas ações cotidianas de resistência contra a classe branca, dita dominante na versão oficial, mais que sempre temeu a revolta dos excluídos desenvolvendo manobras para segregá-los e tornar essas relações sociais o mais frágil possível (PEREIRA, 2015, p. 40).

É por essa razão que o companheirismo existente entre os malunguinhos e os demais moradores/trabalhadores das localidades ameaçava e de certa maneira incomodava aqueles que administravam a Colônia e posteriormente o Estado brasileiro. Era muito comum na época, identificar os quilombolas vendendo seus pescados e víveres agrícolas no comércio de Goiana e Tejucupapo, e aí também adquirindo as mercadorias que necessitavam, como pólvora e munição. E existia diferenças de atitudes entre os próprios aquilombados, vejamos:

Em 1829, havia pelo menos “duas quadrilhas” de quilombolas nas matas. A que era comandada por João Pataca passara a noite da véspera do dia de Santo Antônio batucando na senzala do engenho Macaco, sem ser importunada. Algum tempo depois, um grupo de quilombolas atacou a casa do dono do engenho na vila de Tejucupapo. O senhor estava ausente, mas lá estava sua esposa, dona Helena, de quem tentaram arrancar alguns anéis que trazia nos dedos. Uma escrava da casa então foi se queixar a João Pataca, que capturou dois dos assaltantes e os espaldeirou. Um deles morreu na “roda de pau” que lhes foi imposta (CARVALHO, 2012, p. 477).

Esse caráter justiceiro ainda é forte entre as comunidades quilombolas. Muitos agiam de forma errada, mas não eram maioria. Próximo à Tejucupapo existia (e ainda existe) a Comunidade de São Lourenço, núcleo original da antiga Freguesia de mesmo nome, instalada em 1555. Com o passar dos tempos, Tejucupapo superou São Lourenço no sentido de desenvolvimento, sendo então esta última um local propício ao esconderijo dos negros. Tanto que o processo de certificação da Povoação de São Lourenço de Tejucupapo como remanescente das comunidades dos quilombos deu-se no ano de 2002, através de uma articulação feita pela gestão municipal e a Comissão Estadual Quilombola. Em 2004, o processo foi legitimado por movimentos sociais e pela instância governamental. Contudo, juridicamente, somente no dia 08 de março de 2005, foi publicada oficialmente a certidão de São

Lourenço enquanto comunidade quilombola por meio da Fundação Cultural Palmares, de acordo com o registro no livro de cadastro geral, sendo anteriormente publicado no Diário Oficial da União em 04 de março daquele ano. Reconhecidamente e merecidamente, somos um povo de quilombos.

Antes dos pernambucanos conhecerem o malunguinho histórico, as casas de Culto afro veneravam o malunguinho divino. “Mas Malunguinho entrou mesmo na cultura popular foi como entidade no culto da Jurema Sagrada – em que aparece como Exu, Mestre ou Caboclo, o que é singular – sendo adorado em centros localizados entre o grande Recife e Goiana” (CARVALHO, 2012, p. 488). Eliton Pereira (2015, p, 33), se pergunta: Catucá realmente deixou de existir? De acordo com tudo que expomos consideramos que não; Catucá não morreu, se transformou, se ressignificou. Suas estratégias, táticas e relações humanas se perpetuam. E como no passado, seus descendentes fazem uso destes locais para refugiar-se, vingar-se e/ou como meio de vida. É um povo que vive as consequências de séculos de marginalização.

Munanga (2012) e Jesus (2012), avaliam as negritudes atuais sendo promotoras da “afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros “(p. 10). Estando cercada dessas negritudes, a Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu, fundada em 27 de janeiro de 1967 e localizada em uma das entradas da cidade, tenta regatar valores étnicos e combater os preconceitos prejudiciais ao convívio social. Sobre as práticas vivenciadas nas aulas e em outras atividades realizadas nesta escola, é com que vamos nos debruçar no próximo capítulo.

Vamos analisar práticas pedagógicas dos professores das disciplinas de língua portuguesa, história e artes, assim como também os gestores e coordenadores, de maneira a averiguar se elas favorecem os discentes na identificação/valorização dos seus saberes, ou seja, os conhecimentos que os estudantes trazem (ou não) para dentro da escola. Percebemos a partir das entrevistas que alguns movimentos com o passar do tempo adquiriram em meio a sociedade um certo status, sendo tratados com diferença em relação a outros. Parece que embranqueceram e/ou formularam estratégias para que o respeito e a equidade sejam realmente vivenciados, independentemente da origem étnica.

Assim, vamos expor as considerações de estudantes, equipe gestora e professores, sobre as relações e conflitos formulados no que registra as africanidades brasileiras em Goiana.

### **3 AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: IDENTIDADES E (RE)CONHECIMENTOS**

#### **3.1 A escola, prática docente e formação para singularidades: distanciamentos e enfrentamentos**

A Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu está localizada na Avenida Nunes Machado, S/Nº, no centro da cidade. Encontra-se em uma das vias de acesso, bem próximo ao Largo do Alvorada, local de parada obrigatória de caminhoneiros, ônibus, motoristas e transeuntes que utilizam a Rodovia Mário Covas, mais conhecida como BR 101. Popularmente, a maioria das pessoas conhecem a referida avenida por um apelido que remonta fins do século XIX: rua da baixinha. Isto por que, nossa escola se encontra no final da antiga vila operária dos trabalhadores da FITEG e do antigo curtume da cidade. Ou seja, era uma rua de moradores pobres, da classe baixa, daí a alcunha ‘rua da baixinha’.

A escola foi inaugurada em 25 de janeiro de 1967, sendo uma realização do convênio com os Estados Unidos intitulado de “Aliança para o Progresso”. Foi a terceira escola que o Governo do estado construiu em Goiana. Cronologicamente, tivemos: Escola Doutor João Alfredo, Escola Augusto Gondim, Escola Coronel José Pinto de Abreu, Escola Benigno Pessoa de Araújo, Escola André Vidal de Negreiros, Escola Frei Campo Maior, e a mais recente é a Escola Técnica Aderico Alves de Vasconcelos. A escola técnica é em regime integral, assim como outras três, que são consideradas referência em ensino médio (Augusto Gondim, Benigno Araújo e Frei Campo Maior). Estas escolas estão subordinadas à Gerência Regional de Ensino (GRE) da Mata Norte, sediada na cidade de Nazaré da Mata, e esta por sua vez, à Secretaria Estadual de Educação (SEE), na capital, Recife.

Na sua fundação, a escola ofertava o ensino primário (1ª a 4ª série), com o nome de Grupo Escolar Coronel José Pinto de Abreu. A portaria de autorização veio depois de não teve início (Nº 5996), em 27 de julho de 1982, no Diário Oficial do Estado de 29/07/1982, com o Cadastro Escolar nº 156.003, CNPJ nº 10.572.071/1709-72, e o código do INEP 26089238. Seu prédio, passou por reformas estruturais nos anos de 1994, 1997 e 2009. Possui 6 salas de aula,

biblioteca, laboratório de informática, sala dos professores, cozinha, sanitários de alunos (adaptados para deficientes) e professores, e mini quadra não coberta. Pelo decreto nº19.149 de 17 de junho de 1996, e a publicação no DOE de 18 de junho daquele ano, tivemos a autorização para as turmas de 5ª a 8ª séries, sendo então também retirado o termo grupo escolar, passando a sua atual denominação. Pela portaria 215 de 15/01/2008, a referida escola passou a ofertar as fases da EJA no período noturno, e posteriormente os módulos correspondentes ao ensino médio nos moldes da EJA.

Sobre o patrono, sabe-se que era neto de um general francês radicado no Brasil, o senhor Pierre Labatut. Seguiu a carreira militar e depois a política, sendo vereador por seis mandatos, prefeito em três ocasiões (1917 a 1921, 1933 a 1935 e 1937 a 1938) e interventor nos anos de 1942, 1946 e 1947. Faleceu em 07 de julho de 1956, sendo velado na Câmara Municipal, que na época estava localizada no primeiro andar do Paço Heroínas de Tejucupapo. Em 31 de outubro de 1959, passou a dar nome à Câmara de Vereadores. Ainda exerceu a profissão de professor, de coletor estadual comerciante e Venerável (6 vezes) da Loja Maçônica Fraternidade e Progresso. Foi ainda fundador da Sociedade 12 de Outubro, mantenedora da Banda Saboeira, da qual foi presidente. Ainda existem descendentes seus residindo em nossa cidade.

Com uma totalidade de 761 alunos distribuídos em 18 turmas, nos horários da manhã, tarde e noite, a escola ainda conta com 34 professores, sendo a maioria efetivos, em regime estatutário, que são em número de 24, dois estão readaptados por problemas de saúde. Os demais são contratados em regência de classe, ou fazem parte dos existentes na escola: atua com as turmas do 9º ano, com reforço de Língua Portuguesa e Matemática. O Ganhe o Mundo abrange os estudantes do Ensino Médio; oferece aulas de inglês para aqueles que desejam realizar intercâmbio nos países signatários do acordo firmado com o governo estadual. Temos ainda o Mais Educação, em que nossos alunos participam de oficinas de português, desenho, xadrez e artesanato. Todos os professores possuem especialização (lato sensu), com exceção de uma. Alguns possuem titulação de mestre; não temos ainda nenhum(a) doutor(a). As empresas prestadoras de serviço completam nosso time de funcionários: três merendeiras da ADILIM terceirizações e

serviços LTDA; duas da Soluções Terceirizadas, que cuidam da limpeza e um porteiro da LEMON terceirizações e serviços.

No Projeto Político e Pedagógico da escola, em seu objetivo geral, na página 9, salienta que devemos

Promover uma educação inovadora, através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão, que oportunizem a aprendizagem significativa para formar cidadãos críticos, criativos, éticos, participativos e solidários; que aprendam a aprender, aprendam a ser e a conviver em sociedade (Projeto Político Pedagógico da EECJPA, 2018, p. 9).

No campo dos objetivos específicos, encontramos 16 metas que a cada ano buscam ser vivenciadas e entre elas, está a situação de “proporcionar a formação continuada de coordenadores e professores” (2018, p. 9). Eis o grande desafio para a grande maioria das escolas públicas e mesmo privadas do Brasil. Em primeiro lugar, devemos ter como ponto central na discussão a superação de hábitos que negam as possibilidades de outros saberes e práticas. Das 6 professoras entrevistadas (2 de língua portuguesa, 2 de história e 2 de artes), todas, participam das formações que acontecem na escola e/ou na GRE (Gerência Regional de Educação), mas, todas afirmaram que nestas, nunca foram abordadas as questões das africanidades; ou seja, não estão familiarizadas com as temáticas relativas às leis que dão obrigatoriedade a este ensino.

Alvarenga (2012, p. 21) “afirma que predominam na escola práticas educativas deslocadas do contexto social da comunidade”. Maria Elena Viana Souza (2013, p. 60), diz que “muito investimento público ainda precisa ser feito em direção à sensibilização e a formação continuada dos educadores. E isto não é um trabalho fácil. Não se resolve apenas no campo legal”. O que a pesquisadora está explicitando é que não basta apenas criar leis, estar juridicamente respaldado, mas, criar condições mínimas que corroborem para tal. Necessitamos de livros, filmes, documentários, músicas, peças de teatro, entre outros. Perguntamos nós: Onde nossos estudantes estão se identificando/localizando dentro do currículo escolar? As identidades dos estudantes provenientes de movimentos negros foram e são construídas nas relações sociais, que são também relações de poder e é por questões como essa, que os currículos escolares devem incorporar e abranger as diversidades culturais, sociais e econômicas do lugar, do estado e da nação.

O que ocorre, é que na atualidade, o currículo das escolas da rede estadual ainda é fortemente marcado pela cultura eurocêntrica. Durval Paulo Gomes Júnior (2010, p. 143) salienta que “a ausência do negro no currículo é apontada como um dos maiores problemas a ser tratado quando se relaciona o negro à educação. E este ocultamento é visto como uma forma de contribuir para permanência do racismo”. No Ensino Médio Regular, até o ano de 2010, existia no currículo uma disciplina que, a nosso ver, era de grande valia no que concerne à valorização e identificação dos estudantes com as matrizes culturais. Trata-se do componente ‘História da Cultura Pernambucana’. Com ele, o alunado tinha a possibilidade de identificar as contribuições dos grupos indígenas e afro-brasileiros na formação da nossa cultura. Mas, em 2011, ele foi retirado da grade de oferta aos estudantes.

Coisa parecida ocorreu nas escolas da rede municipal de Goiana; em 2001, o governo incluiu no currículo do ensino fundamental anos finais (6º ao 9º ano) o componente de ‘História de Goiana’, para que nossos munícipes pudessem ampliar seus conhecimentos sobre o torrão onde nasceram e/ou vivem. Foi extinto o departamento de história de Goiana, que existia na Secretaria de Educação e Inovação, e as aulas retiradas das escolas. Estudar a cultura de Pernambuco e de Goiana é de suprema relevância para (re)afirmações de identidades e contribui no combate aos preconceitos. Pois, na fala da professora CK, quando lhe fora questionado sobre o sofrer ou presenciar preconceitos em relação às africanidades, encontramos o seguinte relato:

Assim, com uma aluna do 9º ano do ensino fundamental. Ela sofreu *bullying* tanto na escola como em casa, que os pais não a deixaram fazer capoeira por dizer que era uma dança masculina. Os pais diziam que não era coisa para menina, que era coisa mais para homem, para menino, que não tinha nada a ver com ela; ela mesma (a estudante) dizia que estava no sangue dela, que ela queria fazer aquilo (praticar capoeira). O pai até chegou a bater nela.

O desconhecimento das experiências de ser, viver e pensar dos grupos de capoeira fez e faz com que muitos pais tenham a postura que o pai da estudante teve ao ver sua filha afirmar que em seu sangue corria negritudes, que ela se identifica e gosta da capoeira. Mas, quantas formações sobre a temática o Estado ou a escola nos ofereceu? Enquanto professor da rede desde 2010, posso afirmar que nunca participei de nenhuma formação na área. Muitos professores gastam de seus próprios proventos para participar de encontros, palestras, custeiam livros para

melhor assistir/atender seus educandos. Foi o caso da professora SF, que foi a única, que cursou uma especialização em Pedagogia Afirmativa sobre a lei 10.639/2003.

“A sala de aula não é um exército de pessoas caladas nem um teatro onde o professor é o único ator e os alunos, expectadores passivos. Todos são atores da educação. A educação deve ser participativa” (CURY, 2003, p. 125). Seguindo o pensamento de Augusto Cury, a educadora buscou e muitos buscam por si próprio, elementos que auxiliem na didática e conteúdo de suas aulas. Quando perguntada das dificuldades para que a lei realmente se efetive nas escolas, a professora M frisou a

Falta de formação para os professores, porque como eu falei no início, eu particularmente nunca tive nenhuma informação em relação a isso. Eu conheço a lei específica porque eu já li e eu busco em relação a ela, mais, nunca me foi ofertada na escola ou em outro lugar que eu conheço a formação específica sobre essa lei. E a falta de material, suporte suficiente para todos os professores na escola. Porque não adianta chegar apenas um livro ou dois tem que ter suporte para todo mundo. E é verba; eu digo verba no sentido de ter apoio e vontade política de se fazer. Porque se faz em uma ou duas escolas, mandasse verba para uma das escolas desenvolver alguns projetos mais, exigisse que todas tenham o mesmo resultado. Isso pode complicar um pouquinho nossa vida.

No estado de Pernambuco, há 10 anos, o governo criou o que conhecemos como EREM, escolas de referência em ensino médio. Com horário integral (07h30min às 17h), os jovens permanecem nesses ambientes com aulas do currículo tradicional e outras do diversificado, seguidos pela própria secretaria. As ETE's, escolas técnicas estaduais, também funcionam nesse regime em que em um horário, os estudantes se ocupam de aulas do ensino médio normal (manhã) e no outro (tarde) aprendem um ofício técnico. Essas escolas são os olhos brilhantes da SEE e das regionais. Suas estruturas físicas, de aparelhamento, financeiras e de profissionais são mais abrangentes do que das escolas comuns. É por essa razão de ser da crítica da professora. As vantagens recebidas por algumas escolas, enquanto outras não recebem o mesmo tratamento.

Sobre os livros, o MEC e a SEE têm enviado com certa frequência alguns, mas como ela bem colocou, o número ainda é pequeno. M. afirma que nunca sofreu preconceito por causa das negritudes, mas que já presenciou muitos casos, em relação a religiosidade afro.



Até as pessoas que não são da religião de matriz africana mais que valorizam, que gostam, as vezes são retaliados, oprimidos. Porque outras pessoas não conhecem essas religiões e querem denigrir essa cultura da região.

Quando perguntadas de qual maneira as professoras abordavam a lei em sala de aula, as respostas foram muito parecidas. Elas fazem uso de textos, filmes, músicas, palestras; falaram também com muita ênfase em 'datas comemorativas' como o dia 20 de novembro, folclore (agosto) e a semana da cultura afro pernambucana (setembro). Percebemos assim uma tendência por não ter uma continuidade. É como se no restante dos meses o tema ficasse estagnado, a espera de um momento específico para ser debatido. Mas, todas elas se posicionaram de forma positiva no que concerne à valorização das bagagens culturais e os pertencimentos dos estudantes.

Para preparar aulas, elas seguem ou elaboram projetos e/ou sequencias didáticas. Alguns livros são mais trabalhados pois já trazem roteiros prontos: Culturas africanas e afro brasileiras em sala de aula – saberes para os professores, fazeres para os alunos (FELINTO, 2012); O negro no Brasil – trajetórias e lutas em dez aulas de história (DANTAS; ABREU, 2012); Nas trilhas do ensino de história – teoria e pratica (SILVA; PORTO, 2012); Vivenciando a história – metodologia de ensino da história (BRODBECK, 2012); Entre outras obras e autores. Recentemente, foram ofertados 50 exemplares do livro 'Devoção e resistência: as irmandades de homens pretos de Goiana' (SILVA, 2018), com uma sequência didática para que os estudantes explorem à herança negra nas confrarias que existiam em nossas cidades.

Augusto Cury (2017, p.9) compara um educador a um piloto. Ele é o condutor da sala de aula e que somos incapazes de mudar os outros. O ato de educar estaria atrelado na reflexão. Somos os responsáveis por tentar fazer os estudantes pensar, refletir, desenvolver consciência crítica. "Escolas gestoras da emoção treinam seus professores para que elogiem em público e corrijam em particular" (2017, p. 17). O autor ainda faz uma pergunta pessoal, que cada professor(a) deveria responder: que tipo de educador você é? Ele coloca dois modelos em evidências, cartesiano, que enxerga os alunos como máquina de aprender, e os gestores da emoção, afinal os estudantes são seres emotivos, que necessitam que os educadores os instruem de

maneira resiliente, altruísta. Assim, devemos “prepara-los para que sejam protagonistas de suas próprias histórias” (2017, p. 27).

### **3.2 O olhar da gestão escolar sobre as negritudes**

Nestes mais de 50 anos a administração da escola esteve nas mãos de mulheres, professoras que atuaram nas escolas públicas municipais e estaduais. A primeira foi a senhora Nair Lourenço de Freitas, no período de 1967 a 1980, ou seja, esta ficou 13 anos à frente da escola. Depois, veio a professora Eleonora de Correia (1980/1981). Ana Emilia Andrade do Nascimento geriu de 1981 a 1987. Rosilda de Sousa Rabelo Gadelha esteve na direção em dois momentos: de 1987 a 1992, e de 1995 a 1999. Assim também aconteceu com Neide Maria Alves de Barros: 1992/1995, e 1999 a 2001. A professora Marluce Guedes Ramos administrou esta instituição por 10 anos, de 2001 a 2011. Ana Claudia Carneiro Fidelis teve mandato de 2011 a 2012. Ana Lucia Moraes Pessoa Correia, de 2013 a 2016 atualmente, o sociólogo Severino Isidoro Fernandes Guedes (2017), é o atual gestor que comanda a equipe que conta com os demais membros: Ana Claudia Carneiro Fidelis (gestora adjunta), Lucia Maria Pereira de Melo (Secretaria), Angélica de Cassia Gomes Marcelino e Ana Lucia Moraes Pessoa Correia (educadoras de apoio), e Angela Ninfa Mendes de Andrade Cabral (analista em gestão educacional).

Salientamos que, de forma democrática, no início do século XXI, o então governador Jarbas Vasconcelos e a SSE realizaram eleições para escolha dos gestores pela comunidade escolar. Em 2012, o governador Eduardo Campos criou o PROGEPE (Programa de formação de gestores educacionais de Pernambuco), através do qual os professores efetivos que almejavam os cargos de gestão pudessem participar de um curso formativo (sistema misto), que foi realizado em parceria com a UPE. Após o curso, os candidatos foram submetidos a uma avaliação. Estaria apto aquele que obtivesse nota superior a 7. Neste mesmo ano foram realizadas eleições nas escolas onde estudantes, pais e funcionários escolheriam os gestores. Assim, tivemos na história dessa escola dois

administradores escolhidos com voto da comunidade: Marluce Guedes Ramos e Ana Lucia Moraes Pessoa Correia.

Entrevistamos a diretora adjunta que o PROGEPE classifica como gestora pedagógica e uma das educadoras de apoio. Estando há 26 anos como profissional da educação, AL possui duas especializações: Supervisão escolar e gestão pedagógica/gestão em escola pública. Quando perguntada sobre formações sobre a lei 11645, disse nunca ter participado. Que a SEE geralmente dá preferência para os professores da área de humanas, que tais encontros nunca estiveram voltados para os pedagogos, entenda-se, educadores de apoio/coordenadores. Disse que nunca sofreu preconceito em relação a temática, mas,

Já presenciei vários tipos de preconceito em relação à alunos, e um aluno em relação a outro. Por conta do cabelo, da cor da pele ou alguma característica o nariz mais grosso; então sempre tem atitudes de *bullying* voltadas para questões como essa.

Chamou nossa atenção na fala da educadora o termo *Bullying* como ‘sempre’ presente no que diz respeito às africanidades. Não é de hoje, sabemos nós da existência de brincadeiras maldosas, piadas e xingamentos para os negros. Para entendermos a etiologia da palavra, buscamos a obra intitulada de “*Bullying: mentes perigosas nas escolas*”. Vejamos:

A palavra *bullying*, de origem inglesa, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Agressões, assédios, e ações desrespeitosas realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores (SILVA, 2015, p. 19).

*Bullying* seria então várias atitudes de violências (verbal, física, material, psicológica, moral, virtual, etc) que são praticadas por agressor(es), contra sua(s) vítima(s), ocorrendo de forma direta ou indireta. AL, salientou que tais atitudes são combatidas nas aulas, sobretudo as de história, literatura e artes, e em alguns procedimentos de ensino: seminários, palestras e debates. Para Ana Beatriz Barbosa Silva (1995: p. 61), essas ações devem gerar transformações e “deverá seguir paradigmas simples e comuns, que sejam capazes de revelar o valor da paz, e da tolerância, bem como do respeito ao outro, e sobretudo, à vida em suas diversas manifestações”. Inserir no currículo alguns componentes e uma maior cobrança da comunidade escolar, em todas as esferas governamentais seria uma das alternativas para que as leis fossem melhor vivenciadas, de acordo com AL.

Diferente dos professores entrevistados e da educadora de apoio, ACF disse que já participou de formações sobre o tema, quando professora regente de sala. Esteve em palestras e que em uma especialização oferecida aos gestores pela SEE, o tema foi abordado. Disse que já sofreu preconceito não por conta das africanidades, mas, por ser 'branca'.

As pessoas ficam me chamando de branquela. Alguns colegas diziam que eu não era daqui; que eu deveria ter nascido em outro lugar, outro país. Perguntavam brincando o que eu estava fazendo aqui.

ACF, disse que tais comentários a entristeciam. Que tem consciência de que somos uma mistura de raças e que esse tipo de pensamento é ignorante. Enfatizou que nas aulas e com projetos, “o professor que tem consciência e a maioria tem graças a Deus e fala sobre a importância de eles verem (os alunos) que nós somos uma miscigenação”. Essa conscientização vem sendo realizada nas escolas, mas, de acordo com Ana Beatriz “é necessário modificar não somente a organização escolar, os conteúdos programáticos os métodos de ensino e estudo, mas, sobretudo, a mentalidade da educação formal” (SILVA, 2015, p. 64).

Sobre essas mudanças, culpou os nossos poderes legislativos e executivos que modificam as leis, e a população reage de maneira passiva muitas vezes. “comodismo das pessoas, do cidadão em si de não cobrar, na hora em que se retira uma disciplina tão importante”. A disciplina citada, é a de cultura pernambucana que já nos referimos anteriormente. “Os pais e a sociedade civil organizada poderiam cobrar mais”.

A escola, é um dos ambientes de relações interpessoais muito importante é nela que crianças, adolescentes e, porque não, adultos, devem compreender seu crescimento humano e científico. A gestão e os professores, devem contribuir e estimular os alunos a refletir valores e ações que devem pesar mais do que as avaliações tradicionais. Administrar máquinas é bem menos complicado do que seres humanos. Deve ser por essa razão que muitos temem humanizar as escolas: “a mais notável tarefa de um educador não é abarrotar de informações a mente de seus alunos” (CURY, 2017, p. 27).

### 3.3 O que os alunos pensam sobre a valorização das africanidades na escola

O termo aluno em algumas obras, é classificado como aquele(a) sem luz; para outros, seria um discípulo, um aprendiz. A escola muitas vezes rotula tão bem essa imagem que o estudante acaba por assimilar essa ideia. Esquecendo e/ou desvalorizando os conhecimentos do movimento social que faz parte antes de chegar à escola. Local este, de aprendizado também.

A sociedade brasileira é herdeira de práticas que alimentavam e alimentam a exclusão de uma vasta população constituída por grupos étnicos que foram historicamente aliadas dos espaços privilegiados e de decisão da partilha dos bens socialmente produzidos (LIMA; SOUZA; NASCIMENTO, 2016 p.10).

Os estudantes, por vezes não se sentem como integrantes da escola. Fernando Abath Cananéia (2016, p.207) afirma que os alunos fazem parte da escola pois “participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”. Pena que muitos professores ainda veem seus discentes como uma tabula rasa, como pessoas sem conhecimento algum; ledor engano, as africanidades e outras manifestações socioculturais estão impregnadas de aprendizados, experiências de vida, de costumes. Por essa razão, desejamos que cada vez mais as escolas se tornem espaços de participações social, trazendo equidade entre as etnias.

“A contestação no presente, busca justificativas para a criação de novas e futuras identidades, buscando, a todo instante, desestabilizar as antigas convicções e fatores históricos (CANANÉIA, 2016, p 237). Embasados na teoria fundamentada, buscamos verificar estas desestabilizações no universo da escola com uma amostragem de vinte (20) alunos: 10 que fazem parte dos movimentos afro, e 10 que não. Focaremos agora, nos 10 estudantes que participam ativamente dos grupos goianenses das africanidades. Esclarecer o que seria participar ativamente e em que grupos participam

Quando perguntados se já sofreram ou presenciaram algum tipo de preconceito, dos 10, 4 disseram que sofreram; os outros 6, apenas presenciaram acontecer com outras pessoas. Chamou nossa atenção que desses 4, dois são praticantes da capoeira, um é da religião de matriz africana, e o outro de grupos de

caboclinho/pretinhas do Congo. Dos 4, 3 foram nomeados pejorativamente de macumbeiros; vejamos o que dizem:

Já sofri muito. Na escola, em casa, na rua onde moro. Me chamavam de macumbeiro, de dono dos escravos. Ainda tem muito preconceito, e isso para mim foi muito difícil de seguir. Muitas vezes já pensei em sair, mas, outras vezes isso me fortaleceu para não deixar de seguir minha religião.

Anacronicamente, a expressão ‘dono dos escravos’ pode remeter a ideia do feitor ou talvez ao líder do Quilombo de Catucá, Malunguinho. Parece ter sofrido por pertencer a religiosidade que cultua, mas, também se tornou consciente de seu papel de resistência quando se acha fortalecido. Estas são palavras de M, aluno do 9º ano da manhã, que é filho de um babalorixá; disse que sua família toda é seguidora dos preceitos do candomblé/umbanda. A casa religiosa, criado por seu genitor, em 2019 completará 30 anos de fundação. Ele considera uma pessoa preconceituosa como aquela que não respeita o próximo, e que ainda não é muito estudada na escola à temática a qual pertence.

Eu sofri esse tipo de preconceito **na rua onde eu moro**, com meus próprios amigos. Tu vais praticar capoeira? Pra quê? Aquilo não leva ninguém a nada... Aquilo é macumba. Assim, não é. Não é aquilo que a gente fala. Nem tudo que a gente fala, é aquilo que a gente vê (grifo nosso).

O local do preconceito é o Baldo do Rio. MC, é nosso aluno do ensino médio regular e participa de um grupo de capoeira. Conheceu a capoeira por meio de amigos; o grupo de capoeira trabalha de forma a ensinar cidadania e disciplina no viés do respeito. Falou que até usuários de drogas deixaram de fazer tal uso depois de participarem das oficinas e rodas. Seu mestre, conhecido como Pinho, abriu as portas de sua casa e atualmente tem sede própria; é onde funciona o Centro Cultural Brasileiro – CCB. No seu entender, a escola tem se esforçado em dar voz a estas manifestações em aulas e atividades, ‘mas, a gente alunos, tem muitos que faz o próprio debate da gente, eu e meu colega, você e seu colega, dentro e fora da escola’. O que o aluno está tentando dizer é que, às vezes o debate se aprofunda entre os próprios estudantes, tanto no espaço escolar, como fora dele. E que preconceitos existem com gordos, magros, por questões religiosas e étnicas.

DP, é aluno do ensino médio da tarde. Sua família é brincante/participante da cultura dos caboclinhos e das pretinhas do Congo. Designa uma pessoa

preconceituosa como 'horrível, que não tem amor e que quer destruir a outra'. Com essa assertiva da destruição, nos faz lembrar a exposição de Jessé Souza:

O culturalismo racista, dominante no mundo inteiro, precisa escravizar o oprimido no seu espírito e não apenas no seu corpo. Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar seu corpo e seu bolso. De nada adianta americanos e europeus proclamarem suas supostas virtudes e natas, se africanos, asiáticos, e latino americanos não se convencerem disso (SOUZA, 2017, p.24).

Durante muito tempo, esse desejo de destruir a cultura afro-brasileira foi massivamente estruturada no país, por meios de controles corporais e intelectos, "os seres humanos são construídos por influência de instituições. É fácil perceber isso com simples exemplos cotidianos. Pensemos na família, na escola ou no mercado de trabalho" (SOUZA, 2017, p.39).

Já sofri preconceito lá onde eu moro, foi por que eu comecei a dançar caboclinho, aí depois fui dançar nas pretinhas do Congo. O povo ficava me chamando de macumbeiro, os meus vizinhos. Eu conheci as pretinhas por causa dos meus tios. Já dancei como rei e como escravo. Meu avô era um dos gaiteiros. Meus irmãos menores também participam.

O preconceito sofrido por DP partiu da comunidade em que reside, seus vizinhos, que na maioria são evangélicos, e muitas vezes, descendentes de negros(as) também. A família dele tem raízes na cultura negra de Goiana. Rei e escravo são personalidades do cortejo quando as pretinhas do Congo saem às ruas. Parece que a brincadeira é incentivada dentro da família, pois, seus irmãos menores já estão inserindo-se na cultura que já perpassa no mínimo três gerações. Ele disse que a escola, de certa forma, tem envolvido os estudantes na área das africanidades.

Já sofri (preconceito) por participar da capoeira. Porque pra muita gente, a capoeira é de menino, capoeira é de malandro. Você é menina, você não tem o direito de fazer. Eu sempre tive interesse pela dança, por que a capoeira não é só arte marcial, é uma dança também.

As palavras acima são da entrevista da aluna RC, do 9º ano da tarde. Ela, de uma família evangélica, sofreu preconceito por causa da capoeira com parentes, vizinhos e amigos da escola. Podemos então concluir pela sua fala, que foi um preconceito de etnia e gênero, já que foi um preconceito de etnia e gênero, já que na visão das pessoas, a capoeira seria coisa de menino e malandro. Sobre essa rotulação de malandragem, era (e ainda o é) voltada para as negritudes. No

Dicionário Michaelis (2008, p.541): malandro é aquele(a) “que não gosta do trabalho, preguiçoso. Vadio, folgado, boa vida. Ladrão, patife, tratante”.

A classificação que os elitizados deram para uma parcela dos afro-brasileiros após a escravidão ainda está em voga nos nossos dias. RC fugiu do comportamento padrão gerado pelas instituições de que a mulher deve ser recatada e do lar. Como mulher livre e consciente de seus desejos pela cultura/dança, enfrentou a sociedade para dizer que menina pode praticar capoeira, e que essa cultura não é coisa de malandro. Mbembe (2017) então dirá que “a verdadeira identidade, neste contexto, não é necessariamente a que se fixa a um lugar, mas, a que permite negociar a travessia de espaços que, por sua vez, também estão em circulação devido a geometria variável”.

RC não incorporou os valores que lhe foram transmitidos de que homens praticantes da capoeira seriam malandros. Mas, para ela ainda precisamos combater os preconceitos que se dão em relação às africanidades, sobretudo as de pele negra, que na sua visão, são os que mais sofrem. Também enxerga que os professores ainda são tipo que inibidos nesse sentido, “sobre esse tema eles debatem, mas, eles não passam tanta coisa, tipo filmes, músicas pra gente pesquisar mais a fundo sobre nossa cultura. Eles não passam muito”.

Os outros seis estudantes que vivenciam em seu cotidiano as africanidades, entraram em contato com estas, por causa de algum parente, ou por amigos. Para eles, o preconceito por causa da cor da pele é forte, mas, percebemos que, pelo que tudo indica, os preconceitos com relação ao negro estão diminuindo. Pois enquanto praticantes, eles não sofreram discriminação por sua pertença. O aluno MB do 2º ano A, da manhã conheceu a capoeira em oficinas numa escola municipal durante o projeto Mais educação. Embora fazendo algumas críticas, ele relatara que a escola tem trabalhado a desconstrução dos preconceitos contra as negritudes. MA, estudante do ensino médio noturno, disse que presenciou uma situação constrangedora em sua sala durante uma das aulas.

Eu nunca sofri não, mas, eu já vi na própria sala de aula. A situação é que o professor estava na sala e a aluna discriminou ele pela cor da pele. Uma brincadeira que não tinha nada haver. Ela discriminou ele. Eu achei muito errado o que ela fez.



Quer dizer que um negro não pode ser professor? Como já salientamos, nos parece que tem declinado o número de situações vexatórias, ou o preconceito estaria velado? Camuflado? Sabemos que, desde meados do século XIX tem-se lutado no Brasil para que os descendentes dos africanos tenham seus costumes e culturas respeitadas, e se essa percepção de mudança pode ser sentida, é graças a um longo e ardiloso trabalho de conscientização e humanização. “Pra mim, assim, ninguém nasce com esse negócio de racismo, essas coisas. Isso vai ao longo do tempo. Isso vai mais por falta de conhecimento”.

Nossos estudantes estão percebendo que nenhum ser humano nasce preconceituoso, ele se torna assim por variadas conjunturas. “O homem não pode participar ativamente na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da própria capacidade de transformar” (PIMENTA, 2014, p.148). A escola tem assim se esforçado para que aqueles que desconhecem as visões das negritudes possam clarear suas mentes e compreendê-las sem os pré-conceitos.

Dos 10 estudantes que não pertencem aos grupos de etnia negra, 99% disseram que já presenciaram situações em que houve preconceito por causa das africanidades (9 alunos). Apenas um, JH, estudante do ensino médio, disse que nunca viu ou ouviu nada a respeito, mas, frisou que ‘temos que aceitar as pessoas como elas são, independente de cor, de homossexualidade, ou religião’ o depoimento da estudante TA, do 3º módulo da noite é bem interessante para refletirmos o quão a sociedade pode ser cruel para com aqueles que possuem mais melanina

Eu já fui preconceituosa comigo mesma. Eu mesmo quando era pequena eu não admitia minha cor, não aceitava. Não gostava da minha cor. Queria tomar banho de leite. Eu dizia que se tomasse banho de leite eu ficaria branca. Isso eu, tinha uns cinco para seis anos. Eu me lembro que eu queria tomar banho de leite para ser branca. Eu vim aceitar minha cor com o tempo. Hoje em dia eu amo a minha cor.

A fala da estudante nos faz pensar nas palavras negativas que esta criança deve ter escutado várias vezes, e a exaltação da cor branca para que criasse o desejo de não ser daquela cor. De não se aceitar. As ideologias usadas pelo europeu para depreciar e dominar os africanos ainda atingiu TA, que hoje, adulta, tem convicção de que foi sua aprendizagem por meio dos anos que passaram que

fizeram com que ela desconstruísse visões e passasse a se aceitar e a se amar como é. Disse que a escola foca na temática com maior vigor quando do mês da consciência negra, e que deveria ser mais constante o debate do legado afro-brasileiro.

KC, estudante do 3º modulo noturno, também passou por um momento muito constrangedor em um local público. Conceitua a pessoa racista como sendo aquela que julga a outra pela cor da pele, pelos antepassados afro-indígenas, e que é comum na sociedade ver situações desse tipo:

Já sim; em uma fila de banco. Estava cheio de gente; eu estava lá com minha mãe, e uma mulher, simplesmente saiu de perto de mim e disse: vou sair de perto dessas macacas. Por que estava eu e minha mãe; e foi pesado. Eu fiquei chorando, em pânico, pela desigualdade que ela me tratou, e teve queixa em delegacia e tudo, mas, não resolveu em nada.

KC, não é a única que foi menosprezada com a alcunha de macaca. EN, do 1º ano A, presenciou em um município vizinho uma situação bem parecida, onde o termo também foi usado pelos discriminadores.

Já. Eu estava com uma colega minha, ela é bem moreninha. Aí os meninos passaram em um ônibus escolar e disseram: Olha, lá vai a macaca. E isso mexeu com ela. Ela parou de ir pra escola por causa disso. Isso foi em Nazaré da Mata.

Nazaré da Mata é um município da Mata Norte do estado em que as africanidades têm uma relevância significativa, tanto que, é conhecida como a terra dos maracatus. Mesmo assim, a aluno quando residia nessa cidade foi testemunha de um ato desumano, onde se fez no passado escravista e se tenta perpetuar no presente, que é a animalização, “é a separação da raça humana entre aqueles que possuem espírito e aqueles que não o possuem, sendo, portanto, animalizados e percebidos como corpo” (SOUZA, 2017, p.20).

Na entrevista, EN, fez uso da palavra moreninha. Em nosso país, o(a) moreno(a), geralmente é uma pessoa negra que não quer ser tratada como sendo daquela cor. O negro quis ser moreno, que é como os brancos eram chamados na Europa, pois “será negro aquele que não pode olhar o Outro frente a frente” (MBEMBE, 2017, p.246).

O sociólogo Camaronês, Achille Mbembe é professor da Universidade de Witwatersrand (Joanesburgo) e de Duke (EUA), tendo se destacado nesta

compreensão para entender como os africanos absorveram as concepções psíquicas dos exploradores, sobretudo ibéricos, no caso específico de Portugal que dominou vários territórios no continente africano. Sobre o poder do incitamento, ele diz que

A palavra provoca uma sensação, um sentimento e até um ressentimento a quem se destina. Existem palavras que magoam. A capacidade de as palavras ferirem faz parte do seu próprio peso. Existem nomes que carregamos como um insulto permanente, e outros que carregamos por hábito. O nome negro provém dos dois. (MBEMBE, 2017, p.256).

É o caso de um jogador de futebol brasileiro. Reconhecidamente, as nações atestam que somos um dos seleiros dos melhores jogadores do mundo, mas, a cor negra já fez com que muitos sofressem preconceito, sendo chamados de macacos, onde até uma banana algum torcedor fez questão de jogar em campo, caindo próximo de determinado jogador que comeu o fruto ofertado. É essa dupla situação de insulto e hábito que o autor está querendo esclarecer. Jessé Souza (2017, p.22) diz que isso foi consequência da objetivação do colonizar à mente e o coração do oprimido, inferiorizado.

Nas palavras de EN, o preconceituoso “não aceita a cor da outra (pessoa). Os brancos se acham melhores que os negros. Muitas vezes fazem *bullying*, chamam de macaco”. Para ela, a escola deve ensinar o respeito e a convivência com todos. TB, do turno da manhã, é afrontada pelos vizinhos por ser amiga de amigas negras. Na sua opinião, a escola trabalha nas aulas e atividades, mas, que movimentos fora da escola deveriam acontecer para que os preconceitos referentes às negritudes pudessem diminuir.

Já. Inclusive tem duas meninas que moram perto da minha casa que elas são negras, e eu convivo muito com elas. Aí teve uma pessoa lá na minha rua que não gosta delas e pergunta porque eu convivo com elas, pelo fato delas serem negras. Ficam mangando até delas; eu falo por que gosto delas, e não tenho preconceito. E lá onde eu moro também tem esse negócio de candomblé, aí o pessoal fica falando lá, ficam dizendo que é catimbó.

Temos assim, o preconceito de cor e o religioso, novamente explicitado na exposição de um dos nossos alunos. Os vizinhos querem excluir, escantear as adolescentes por serem negras. Outros na comunidade sofrem por fazerem pertença ao catimbó, como muitas casas de umbanda são conhecidas e/ou é o nome dado aos trabalhos/ofereidas em cultos nesta escatologia sagrada. Outros

estudantes relataram ainda pessoas que sofreram agressão chorarem, serem retaliadas com bolinha de papel, serem inferiorizadas com diversas palavras. Para Jessé Souza (2017, p.50), tudo isso ainda são resquícios de um passado que ainda se faz presente.

Não há brasileiro, mesmo depois de nascido e criado, depois de oficialmente abolida a escravidão, que não se sinta aparentado do menino Brás Cubas, na malvadez e no gosto de judiar com os negros. Aquele mórbido deleite em ser mal com os inferiores e com os animais é bem nosso: é de todo menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata.

Isso se constata com as afirmativas do Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), que confirmou o aumento da morte de negros no país, somando mais de 74% das mortes violentas no Brasil em 2016. Morre porque é negro, pobre, favelado; por causa do cabelo, da vestimenta, do grupo cultural que participa; por seu modo de falar, por sua religião, enfim, essas mortes vêm ocorrendo por situações específicas, mas, que podemos concluir com um ponto chave: preconceito.

Felizmente, a comunidade escolar do nosso local de pesquisa tem conquistado bons êxitos no que se refere à conscientização na luta por igualdade e equidade, que só se dará por meio do estudo, da pesquisa, do debate respeitoso. Foi isso que constatamos nas entrevistas e nas observações por nós realizadas. A escola em que iniciamos o projeto africanidades em 2015, por causa de uma agressão física [explicar o que aconteceu], tem hoje uma nova maneira de dialogar com as diferenças étnicos culturais. Hoje temos compreensão intelectual de que “toda a nossa ação no mundo é influenciada por ideias. São elas que nos fornecem o material que nos permite interpretar nossa própria vida e dar sentido a ela” (SOUZA, 2017, p.25). Não é uma tarefa simples e fácil, mas, essa deveria ser a essência, o imo, de toda escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não faz muito tempo; recordamos que em 2002, Goiana não dispunha de escolas públicas suficientes para ofertar o ensino médio para todos os municípios. Muitos pais e/ou responsáveis dormiam na fila e chegavam a brigar por vagas para os seus. A realidade hoje é outra. Mesmo que algumas escolas se sobressaíam em relação a outras, percebemos que nossas crianças e jovens estão tendo acesso à escolarização. O que deve ser feito, é justamente melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas. A Educação Popular é uma ferramenta eficaz neste objetivo. Ela, coloca o estudante como membro ativo de seu processo de aprendizagem, retirando da sua realidade cultural, elementos facilitadores da ação – reflexão – conscientização, dentro da sociedade.

Goiana, foi uma freguesia, vila e cidade em que os preconceitos de etnia e trabalho foram muito bem arquitetados. Igrejas de brancos ricos, pretos, pardos livres (em sua maioria comerciantes) e pardos escravos demonstram pela nomeação o local, o papel/status de cada um. A separação pela tonalidade da pele e dos traços fisionômicos, associada ao trabalho braçal fizeram com que estes não aceitassem o lugar que o Outro lhe reservou, como afirma Mbembe (2017). Surgiu assim, nas periferias, manifestações de origem afro-indígenas que afloraram, cresceram e existem até hoje. Ou também a divisão entre os negros gerou conflitos entre eles, de forma que dispersavam energias entre confronto entre si, sem se darem conta de quem era o verdadeiro adversário.

Com a Teoria Fundamentada nos Dados, pudemos identificar esses grupos (Candomblé/Umbanda, Pretinhas do Congo, Capoeira, Curica, Saboeira, Caboclinho, Quilombolas, pescadores) aos quais os estudantes se engajaram, seja por influência familiar, local ou por se sentirem atraídos pelo convite de amigos. A valorização do legado cultural afro-brasileiro deve ser feita dentro e fora do ambiente escolar, disseminando o respeito, a tolerância e a igualdade de direitos. As entrevistas com a comunidade escolar do local da pesquisa serviram para verificarmos e constataremos que ainda muitos sofrem preconceitos por causa das africanidades, mas, o número daqueles que foram desrespeitados foi menor do que

esperávamos. Ainda bem; queremos nós que a cada dia, os cidadãos possam respeitar as singularidades uns dos outros.

Estudar/Pesquisar os movimentos afro de Goiana não é uma tarefa simplória. A densidade e particularidades de cada manifestação gera admiração e espanto. Seria presunção tentarmos em uma dissertação explorar todos eles, de forma ampla. Desejávamos mais tempo para convivermos com eles e explorarmos seus conhecimentos seculares. Isso será tarefa de outros trabalhos acadêmicos. Os livros dos professores Severino Vicente (2011) e Maria de Jesus (2017) já abriram este caminho, bem como a dissertação de Rosalves Rafael (2017), a primeira a ter o povo de Terreiro como foco.

A nossa tarefa é fruto de um árduo trabalho de compreender o lugar das africanidades na sociedade e na cultura brasileira, para fortalecer um combate à intolerância que percebíamos dentro da escola. Hoje, estudantes de diversos credos e identificações convivem, aprendem e até prestigiam as atividades realizadas pelos amigos para além dos muros da escola, como é o caso das rodas de capoeira, da caminhada dos terreiros, e as apresentações da Curica, Saboeira, Pretinhas do Congo e Caboclinhos. A escola é um dos locais em que no presente podemos encontrar os embates e jogos democráticos por ocupações de espaços na Goiana do século XXI.

O projeto que desencadeou esta dissertação iniciou-se em 2015, quando chegamos para lecionar na Escola Cel. José Pinto de Abreu. Naquele ano, tínhamos um número muito grande de estudantes evangélicos, quando um seguidor deste credo descobriu que um companheiro de classe era seguidor do Candomblé, usou de violência verbal e física contra ele. Tentamos desde aquele momento nos aproximar dos silenciados, daqueles que não gostavam de se expor na escola. Com nossas sondagens, chegamos aos movimentos culturais deles e enxergamos que Goiana, em suas periferias, é um celeiro de saberes. As comunidades de Nova Goiana e Flecheiras atualmente, é onde encontramos muitas sedes de maracatus, caboclinhos e cocos de roda.

É salutar, que outras escolas públicas/privadas do município criem mecanismos para que os alunos tenham acesso aos seus bens culturais, para preservá-los, dando condições e/ou visibilidades das identidades e noções de

pertencimentos. Como as outras escolas estão trabalhando a rica cultura popular da cidade nos campos das artes, educação e cultura? A resposta a essa questão, pode estar nas interpretações que podemos fazer de um aforismo africano, do povo Fulas, que diz: “Quem conhece o ontem e o hoje, conhecerá o amanhã, porque o fio tecelão é o futuro, o pano tecido é o presente, o pano tecido e dobrado, é o passado”!

Pela atual conjuntura política do Brasil, temos que nos unir mais do que nunca. Após 130 anos da abolição, um novo chefe de Estado chega ao Palácio do Planalto com a maioria dos votos diretos, mesmo sendo a população nacional conhecedora de seus discursos de ofensa e menosprezo contra negros, quilombolas, indígenas, mulheres e outros grupos sociais. Por mais políticas afirmativas, de inclusão e respeito, vamos nos manter unidos, seguiremos juntos: “ninguém solta a mão de ninguém!”.

Finalizamos recordando uma aula visita com acadêmicos da turma do mestrado em 2017, onde exploramos a casa-grande, capela e senzala de um famoso engenho colonial de Goiana. A anfitriã exaltou sua descendência ao mostrar um quadro com nomes de personalidades da sua árvore genealógica, que há mais de 300 anos chegaram à região e foram figuras ativas na sociedade, com vários engenhos e cargos nos governos. Mas, sentimos falta na visita da exposição do maquinário, dos locais em que o doce e rico açúcar era fabricado pelas mãos de quem não tinha voz nem vez.

Parece que o trabalho braçal ainda é visto de forma desclassificatória, pois, foi silenciado. No pomar que existe por trás da casa-grande pode ser visto um enorme baobá, árvore de origem africana, considerada sagrada para estes. Ele cresceu ali e ali está até hoje, não por acaso, é símbolo de resistência, de camuflagem, de adaptação; de saber esperar, de calar e falar nos momentos certos. É como aconteceu com a capoeira e com o sincretismo religioso; as tradições não foram perdidas, elas foram reorganizadas e algumas delas ultrapassaram nossas fronteiras geográficas. Nossa missão é a de entender para cuidar e fazer prosperar.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, Uma Capitania Frustrada**. Recife: FIDEM/CEHM, 1999.
- ANDRÉ, Marli E. D. A.. A Pesquisa no Cotidiano Escolar. In FAZENDA, Ivani (Organizadora). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2002.
- ARAÚJO, Edivaldo Sampaio de. **Mãe África pai Brasil**. 1. Ed. Recife, PE: Soler Edições Pedagógicas, 2007.
- BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira. **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013.
- BOGO, Ademar. **Identidade e Lutas de Classe**. 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRAGA, Amanda Batista. **História da Beleza Negra no Brasil: discursos, corpos e práticas**. São Carlos: EDUFSCar, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial (2010)**. Brasília: secretaria de políticas de promoção da igualdade racial, 2010.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, 2013.
- BRASIL. **Repensar a Educação: rumo a um bem comum mundial?** Brasília: UNESCO, 2016.
- BURKE, PETER. **O Que é História Cultural?** Tradução Sérgio Goes de Paula. – 2.ed.rev.e ampl. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CANANÉA, Fernando A. Abath L. C. **Educação Popular e Identidade Cultural**. João Pessoa: Editora Imprell, 2016.



CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. O Quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. 1ª – ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CHARMAZ, Kathy. **A Construção da Teoria Fundamentada**: guia prático para análise qualitativa. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber às Práticas Educativas**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, Valéria; GOMES, Flávio. **Religiões Negras no Brasil**: da escravidão à pós-emancipação. São Paulo: Selo Negro, 2016.

CRESWELL, John W.. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; Revisão Técnica: Dirceu da Silva. 3. ed. - Porto Alegre: Penso, 2014.

CURY, Augusto. **20 Regras de ouro para educar filhos e alunos**: como formar mentes brilhantes na era da ansiedade. 1. Ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra ?** : reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FELINTO, Renata. **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula**: saberes para os professores, fazeres para os alunos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora Ltda, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Intercultural**: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. Florianópolis, UFSC, 2002 (artigo).

FONSECA, Homero. **Pernambucânia**: o que há nos nomes das nossas cidades. 3. ed. Recife: CEPE, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. rev. atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GATTI, Bernadete. **A Construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias, símbolos e memória social. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES JUNIOR, Durval Paulo. **Estudos sobre o Negro e Educação no Brasil na década de 1980** In SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene (Orgs). Educação, Escolarização e Identidade Negra: 10 anos de pesquisas sobre relações raciais no PPGE - UFPE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas Sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. – 6ª ed – Campinas, SP: Editora Alínea, 2018.

GONSALVES, Elisa Pereira (Organizadora). **Educação e Grupos Populares**: temas (re)correntes. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Pensar a Educação, Pensar o Racismo no Brasil. In FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Organizadores). **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. Conhecimento do Mundo como Sabedoria de Vida na Cultura Popular: horizontes a partir da contribuição de Paulo Freire. In LUCENA, Ricardo de Figueiredo; SOARES, Swamy de Paula Lima; CARLOS, Erenildo João (Organizadores). **Temas Contemporâneos em Educação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

JESUS, Camila Moreira de. **Branquitude X Branquidade**: uma análise conceitual do ser branco. Salvador – BA: III Encontro Baiano de Estudos em Cultura (III EBE CULT), 2012 (Artigo).

JORDÃO FILHO, Angelo. **Povoamento, Hegemonia e Decadência de Goiana**. Cia editora de Pernambuco, Recife, 1977.

KEIM, Ernesto Jacob; SILVA, Carlos José. **Capoeira e Educação Pós-Colonial: ancestralidade, cosmovisão e pedagogia freiriana**. Jundiá, Paço Editorial, 2012.

LANKSHEAR, Colin. **Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação**. Tradução Magda França Lopes – Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEITE, Josete Luzia; SILVA, Laura Johanson da; OLIVEIRA, Rosane Mara Pontes de. **Reflexões sobre o pesquisador nas trilhas da Teoria Fundamentada dos Dados**. São Paulo - SP, USP, 2010 (Artigo da Revista da Escola de Enfermagem).

LIRA, Rozalves Rafael Nascimento de. **Ensino de História e Cidadania: as religiões afro-brasileiras nas práticas dos professores - o caso da umbanda traçada de Goiana - PE**. Nazaré da Mata - PE, UPE, 2017 (Dissertação de Mestrado Profissional em Educação).

LOPES, Sawana Araújo. **Relações Étnico\_raciais nas Políticas Educacionais e nos Projetos Político Pedagógicos: desafios**. João Pessoa, UFPB, 2016 (Dissertação de Mestrado em Educação).

MACHADO, Teobaldo José. **As Insurreições Liberais em Goiana: 1817-1824**. Recife: FUNDARPE, 1990

MARTINS, José de Souza. **Uma Sociologia da Vida Cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Revisão de L. Baptista Coelho. 2ª Edição – Lisboa, Portugal: Antígona Editores Refractários, 2017.

MILLER, Joseph. **Goiana dos Caboclinhos**. – 1 – Volume. Goiana – PE: Editora FASE Faculdade, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. 3. Ed. – São Paulo: Gaudi Editorial, 2012.

NASCIMENTO, Mário Rodrigues do. **Crônicas Goianenses**. Recife: Ed. Do autor, 1996.

OLIVEIRA, Paulo Santos de. **A noiva da revolução**: o romance da república de 1817. 4. ed. Recife: Associação Centro Vivo Recife, 2014.

OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; SILVA, Moisés Alves da; AIRES, José Luciano de Queiroz (orgs). **Nas Confluências do Axé**: refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

OLIVEIRA, Severino Carneiro de. **Goiana é uma Festa**: história, cultura e turismo. Recife: Editora do autor, 2010.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PEREIRA, Eliton Leandro de Oliveira. **Quilombo de Catucá**: uma releitura das relações sociais. Goiana - PE, FADIMAB, 2015 (Monografia de Especialização em História do Brasil).

PIMENTA, Selma Garrido (Organizadora). **Educação Popular e Docência**. 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

PINTO, Octávio. **Velhas Histórias de Goiana**. Rio de Janeiro: Vecchi LTDA, 1968.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In **História das Mulheres no Brasil**. Mary Del Priore (Org.); 10. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene (Orgs). **Educação, Escolarização e Identidade Negra**: 10 anos de pesquisas sobre relações raciais no PPGE - UFPE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SANTIAGO, Eliete; NETO, José Batista. **As Questões Raciais como Objeto de Pesquisa em Educação**: PPGE/UFPE 1999-2009 In SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene (Orgs). Educação, Escolarização e Identidade Negra: 10 anos de pesquisas sobre relações raciais no PPGE - UFPE. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SANTOS, José Luís Guedes dos. **Perspectivas Metodológicas para o uso da Teoria Fundamentada nos Dados na Pesquisa em Enfermagem e saúde**. Rio de Janeiro - RJ, UFRJ, 2016 (Artigo da Revista da Escola de Enfermagem Ana Nery).

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018

SENA, Josué Antônio Fonseca de. **Goiana em Versos e Prosa**. Recife: Editora do autor, 2008.

SILVA, Cristian Auxiliadora da (Org.). **Memórias Musicais**: a relação entre os negros e as bandas filarmônicas da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

\_\_\_\_\_. **Memórias Musicais da Banda Musical Curica**. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

SILVA, Genny da Costa e; RODRIGUES, Maria do Carmo. **Bibliografia Sobre Goiana**. Recife, 1970.

SILVA, Maria da Conceição da. **Povoação de São Lourenço de Tejucupapo**: crenças e conflitos ideológicos. Goiana – PE, FADIMAB, 2016 (Monografia de Especialização em História do Brasil).

SILVA, Maria de Jesus Santana. **Devoção e Resistência**: as irmandades de homens pretos de Goiana 1830 - 1850. Recife, UNICAP, 2008 (Dissertação de Mestrado em Ciências das Religiões).

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, Ensinar e Relações Étnico-Raciais no Brasil. In FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Organizadores). **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SILVA, Severino Vicente da. **Pretinhas do Congo de Goiana**: uma nação africana na jurema da Mata Norte. Olinda - PE: Editora Associação Reviva, 2011.

STAKE, Robert E.. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis; revisão Técnica: Nilda Jacks. - Porto Alegre: Penso, 2011.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**. – 3. ed. 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STRAUSS, Anselm. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; LIMA, Marinalva Vilar de (orgs). **Educação para as relações étnico-raciais**: identidades, etnicidades e alteridades. Campina Grande – PB: Editora do CCTA, 2016

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos**: identidade e história. 1.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Maria Elena Viana (Organizadora). **Relações Raciais no Cotidiano Escolar**: diálogos com a lei nº 10. 639-2003. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2014.

## **APÊNDICES**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**TERMO DE ASSENTIMENTO**

(No Caso do menor entre 12 a 18 anos)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: IDENTIDADES E (RE)CONHECIMENTOS”**. Nesta pesquisa, pretendemos ter como objetivos: Analisar identidades afro-brasileiras em conteúdos e vivências de alunos e professores pertencentes a diferentes movimentos sociais da Escola Estadual Coronel José Pinto de Abreu; e mais especificamente: comparar se o que é estabelecido em leis e decretos se torna realidade na escola pesquisada; (re)avaliar práticas pedagógicas, de maneira a averiguar se os discentes se identificam com os saberes expostos/difundidos; Mapear e debater as práticas e movimentos negros aos quais os educandos estão relacionados; Valorizar os conhecimentos prévios e não-escolares dos educandos.

A finalidade deste trabalho é contribuir com a comunidade científica, com a política educacional estadual (PE) e com os movimentos sociais envolvidos, no âmbito de promover o debate, a reflexão e a valorização do legado cultural africano dentro e fora do ambiente escolar, aprimorando estratégias que possam ser adotadas, disseminando o respeito e a igualdade de direitos. Solicitamos a sua colaboração para preenchimento de um pequeno questionário e de uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na dissertação e em artigos provenientes desta. Por ocasião da publicação, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou



resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na instituição.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais e sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizadas. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias: uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade \_\_\_\_\_ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Goiana, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura do (a) menor

---

Assinatura do (a) responsável

---

Assinatura do pesquisador

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

José Bartolomeu dos Santos Júnior

(81) 9 9265-6718 – (81) 9 9595-7852 (WhatsApp)

E-mail: [jbsjr@hotmail.com](mailto:jbsjr@hotmail.com)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
  
**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Senhor(a),

Esta pesquisa é sobre **“AFRICANIDADES BRASILEIRAS NA SALA DE AULA: IDENTIDADES E (RE)CONHECIMENTOS”**, e está sendo desenvolvida pelo pesquisador **JOSÉ BARTOLOMEU DOS SANTOS JÚNIOR**, aluno do Curso de **MESTRADO**, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sob a orientação do Professor Doutor Luiz Gonzaga Gonçalves.

Os objetivos do estudo são: analisar identidades afro-brasileiras em conteúdos e vivências de alunos e professores pertencentes a diferentes movimentos sociais da Escola Coronel José Pinto de Abreu; e mais especificamente: comparar se o que é estabelecido em leis e decretos se torna realidade na escola pesquisada; (re)avaliar práticas pedagógicas, de maneira a averiguar se os discentes se identificam com os saberes expostos/difundidos; mapear e debater as práticas e movimentos negros aos quais os educandos estão relacionados; Valorizar os conhecimentos prévios e não-escolares dos educandos.

A finalidade deste trabalho é contribuir com a comunidade científica, com a política educacional estadual (PE) e com os movimentos sociais envolvidos, no âmbito de promover o debate, a reflexão e a valorização do legado cultural africano, dentro e fora do ambiente escolar, aprimorando estratégias que possam ser adotadas, disseminando o respeito e a igualdade de direitos.

Solicitamos a sua colaboração para preenchimento de um pequeno questionário e de uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na dissertação e em artigos provenientes desta. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qual quer etapa da pesquisa. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Esse termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias: uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Diante do exposto, declaro que fui esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

---

Assinatura do (a) entrevistado (a)

---

Assinatura de uma testemunha

José Bartolomeu dos Santos Júnior

(81) 9 9265-6718 – (81) 9 9595-7852 (WhatsApp)

E-mail: [jbsjr@hotmail.com](mailto:jbsjr@hotmail.com)

## **INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

### **QUESTIONÁRIO – ESTUDANTE**

- 1- Nome Completo:
  - 2- Idade:
  - 3- Estado Civil:
  - 4- Local (bairro) em que reside:
  - 5- Reside com quantas pessoas?
  - 6- Quem mora com você?
  - 7- Série em que estuda:
  - 8- Horário em que estuda:
- 

### **ENTREVISTA**

- 1) Em sua opinião, o que caracteriza uma pessoa racista e/ou preconceituosa?
- 2) Você já presenciou ou já sofreu algum tipo de preconceito por causa do pertencimento a este grupo social de que faz parte? Onde? Comente!
- 3) Como você chegou neste grupo ao qual pertence?
- 4) Você acha que a escola tem valorizado/estudado a temática da herança afro-brasileira? Por que?
- 5) Os professores, em suas aulas, promovem debates sobre a cultura afro-brasileira?

## **INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

### **QUESTIONÁRIO – PROFESSOR(A)**

- 1- Nome Completo:
  - 2- Vínculo Empregatício:
  - 3- Idade:
  - 4- Local onde reside:
  - 5- Licenciado em:
  - 6- Disciplinas que leciona:
  - 7- Pós-Graduado em:
  - 8- Há quanto tempo leciona?
- 

### **ENTREVISTA – PROFESSOR(A)**

- 1) Você já participou de alguma formação sobre a lei nº 11.645 de 10-03-2008?
- 2) Já sofreu ou presenciou algum tipo de preconceito por conta das africanidades?
- 3) Como são vivenciadas em suas aulas (na escola) o que determina a lei afro-indígena?
- 4) Em sua opinião, quais são as maiores dificuldades para a efetivação desta lei?